UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA
Campus Manaus - Amazonas

RAQUEL BATISTA CANTÉ

**ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA:** um estudo de caso no
município de Lábrea

MANAUS - AM
2024

RAQUEL BATISTA CANTÉ

**ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um estudo de
caso no município de Lábrea**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – PROEF da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para a obtenção do título de Mestra(e) em Educação Física Escolar. Com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do estado do Amazonas (FAPEAM).

Linha de Pesquisa: Linha 1 (Formação, intervenção e profissionalidade docente).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Minerva Leopoldina de Castro Amorim

MANAUS - AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C229e Canté, Raquel Batista
Estratégias para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física : um estudo de caso no município de Lábrea / Raquel Batista Canté . 2024
84 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Minerva Leopoldina de Castro Amorim
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Educação Física Escolar. 2. Aluno com deficiência. 3. Ensino médio. 4. Colega Tutor. I. Amorim, Minerva Leopoldina de Castro. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

RAQUEL BATISTA CANTÉ

**ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um estudo de caso no
município de Lábrea**

Data da Defesa: 30/ 07/ 2024

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dr.^a Minerva Leopoldina de Castro Amorim
Universidade Federal do Amazonas – UFAM/PROEF

Membro Titular Interno: Prof. Dr. Victor José Machado de Oliveira
Universidade Federal de Goiás – UFG/PROEF

Membro Titular Externo: Prof. Dr. Anselmo de Athayde Costa e Silva
Universidade Federal do Pará – PPGCMH

Membro Suplente Interno: Prof.^a Dr.^a Lionela da Silva Corrêa
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Membro Suplente Externo: Prof. Dr. Leonardo Gasques Trevisan
Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

MANAUS – AMAZONAS

2024

AGRADECIMENTOS

À Deus, o criador maior.

À minha família, por todo o apoio e compreensão em minhas ausências.

À minha Orientadora, Professora Minerva, pelo acolhimento e confiança.

Aos meus colegas de turma, para mim um grato presente do universo.

Aos meus alunos, minha fonte eterna de inspiração e dedicação.

À Capes/PROEB – Programa de Educação Básica pelo oferecimento do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em Rede Nacional – ProEF.

CANTÉ, Raquel Batista. **Estratégias para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: Um estudo de caso no município de Lábrea.** Orientadora: Prof^a Dr^a Minerva Leopoldina de Castro Amorim. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa trata da inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em uma escola de ensino médio (1^o ao 3^o ano), no município de Lábrea, sul do Amazonas. Tem como objetivo identificar as estratégias utilizadas pelo professor de Educação Física para a inclusão de um aluno com deficiência em suas aulas, e elaborar um Produto Educacional. Inicialmente foi realizado um levantamento de dados para identificar as escolas de ensino médio e o quantitativo de alunos com deficiência (física, visual, intelectual e auditiva) matriculados e frequentando as aulas nas escolas regulares do município de Lábrea, após esse levantamento foi feita a escolha da nossa amostra. A pesquisa se caracteriza como estudo de caso no qual foi utilizado como instrumento: uma entrevista semiestruturada com o professor de Educação Física (perguntas abertas e fechadas sobre sua formação acadêmica e inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares), adaptada (SOUZA, 2008), que foi gravada em áudio e posteriormente transcrita, para a realização da análise de conteúdo (BARDIN, 1977). A filmagem de 03 aulas foi feita em ângulo aberto para captar uma imagem ampla das atividades realizadas (antes da Formação). Não foi focado nenhum aluno em especial, as imagens foram do todo. Este instrumento envolveu a observação da participação dos estudantes nas aulas, variáveis do contexto escolar e o comportamento do professor. Para a observação foi considerado três conjuntos de informações: identificação geral, identificação das condições em que a observação ocorreu, e registro dos comportamentos e circunstâncias ambientais (DANNA, 2011). Os resultados desta pesquisa indicam que as técnicas de auxílio do Colega tutor podem ser utilizadas por professores de Educação Física/EF como uma possível estratégia para incluir os alunos com deficiência nas aulas do Ensino Médio. O Produto Educacional resultante desta pesquisa é um Curso de Extensão para a utilização da estratégia do Colega Tutor que pode ser acessado no repositório da UFAM, do ProEF e do IFAM.

Palavras-chave: Educação Física Escolar; Aluno com deficiência; Ensino médio; Colega tutor.

CANTÉ, Raquel Batista. **Estratégias para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: Um estudo de caso no município de Lábrea.** Orientadora: Prof^a Dr^a Minerva Leopoldina de Castro Amorim. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional – ProEF) – Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus, 2024.

ABSTRACT

This research deals with the inclusion of students with disabilities in Physical Education classes at a high school (1st to 3rd year), in the municipality of Lábrea, south of Amazonas. Its objective is to identify the strategies used by Physical Education teachers to include a student with disabilities in their classes, and to develop an Educational Product. Initially, a data survey was carried out to identify high schools and the number of students with disabilities (physical, visual, intellectual and auditory) enrolled and attending classes in regular schools in the municipality of Lábrea, after this survey the choice was made of our sample. The research is characterized as a case study in which the following instruments were used: a semi-structured interview with the Physical Education teacher (open and closed questions about his academic background and inclusion of students with disabilities in regular classes), adapted (SOUZA, 2008), which was recorded in audio and later transcribed, to carry out content analysis (BARDIN, 1977). The filming of 03 classes was taken at a wide angle to capture a broad image of the activities carried out (before the Training). No particular student was focused on, the images were of the whole. This instrument involved observing student participation in classes, school context variables and teacher behavior. For observation, three sets of information were considered: general identification, identification of the conditions under which the observation occurred, and recording of behaviors and environmental circumstances (DANNA, 2011). The results of this research indicate that the peer tutor's assistance techniques can be used by Physical Education/PE teachers as a possible strategy to include students with disabilities in high school classes. The Educational Product resulting from this research is an Extension Course for using the Colleague Tutor strategy that can be accessed in the UFAM, ProEF and IFAM repository.

Keywords: School Physical Education; Student with disabilities; High school; Peer tutor.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Publicações EF Escolar e Deficiências nos periódicos brasileiros	28
Figura 2- Mapa de Localização do Município de Lábrea	30
Figura 3- Pane mecânica em carreta sobre a ponte na BR319	31
Figura 4- Ônibus em atoleiro no trecho do meio da BR319	31
Figura 5- Vista aérea da escola participante	33
Figura 6- Sala de aula da escola	34
Figura 7- Laboratório de informática	34
Figura 8- Biblioteca	34
Figura 9- Piscina	34
Figura 10- Quadra externa	35
Figura 11- Ginásio coberto	35
Figura 12- Qualificação para mulheres	35
Figura 13- Ação solidária da escola	35
Figura 14- 1º núcleo de Inclusão	36
Figura 15- Coordenação de Inclusão	36
Figura 16- Posição do aluno PcD na sala de aula	50
Figura 17- Posição do aluno PcD na aula do ginásio	50
Figura 18- Professor auxiliando o aluno PcD	52
Figura 19- Alunos participando da coreografia de Ginástica	55
Figura 20- Professor demonstrando exercício no grupo 3	57
Figura 21- Prévia da coreografia do grupo do aluno PcD	58
Figura 22- Intervenção do professor no grupo do aluno PcD	61
Figura 23- Apresentação final da coreografia de Ginástica do aluno PcD	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPNE** – Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
- EF** – Educação Física
- IFAM** – Instituto Federal do Amazonas
- LBI** – Lei Brasileira de Inclusão
- LDB** – Lei de Diretrizes e Bases
- LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC** – Ministério da Educação
- PcD** – Pessoa com deficiência
- PP** – Professor Participante
- SEDUC** – Secretaria de Estado Educação
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UFAM** – Universidade Federal do Amazonas
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- AEE** – Atendimento Educacional Especializado
- CFE** – Conselho Federal de Educação
- CNE** – Conselho Nacional de Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Objetivos.....	17
1.2 Produto Educacional	18
CAPÍTULO I	
2. PARADIGMAS HISTÓRICOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	18
2.1 Pessoas com deficiência: da Exclusão à inclusão	18
2.2 A Educação Especial na perspectiva inclusiva e a Educação Física	21
2.3 Escolas públicas do interior do Amazonas e sua relação com a Educação Inclusiva.....	23
2.4 A formação dos professores de Educação Física e seus impactos na implementação da Educação Inclusiva.....	25
CAPÍTULO II	
3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	29
3.1 Contexto local da pesquisa.....	29
3.2 Contextualização da escola participante	32
3.3 O componente curricular Educação Física.....	37
3.4 Sujeito da pesquisa	38
3.5 Procedimentos para a coleta de dados.....	39
3.5.1 A entrevista com o professor	39
3.5.2 A filmagem das aulas.....	39
3.5.3 A Formação do professor de Educação Física	40
3.6 Análise dos dados.....	41
CAPÍTULO III	
4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 A entrevista com o Professor Participante	42
4.2 Observação e descrição das aulas do Professor.....	46
4.2.1 Observação da Aula 01	47
4.2.2 Observação da Aula 02	55

4.2.3 Observação da Aula 03	59
4.3 A Formação do Professor sobre o Colega Tutor	62
4.3.1 Módulo 1 - Tutoria e a deficiência em foco	63
4.3.2 Módulo 2 - Técnicas de auxílio	64
4.3.3 Módulo 3 - Treinamento prático	67
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	77
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA	80
ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA	82
ANEXO B – PARECER APROVADO PELO CEP/UFAM	83

APRESENTAÇÃO

Mergulhando no contexto e realidade da professora pesquisadora

Sou Raquel Batista Canté, 36 anos, nascida em Manaus, formada em Educação Física pela Universidade Federal do Amazonas (2010), com especialização em Fisiologia, Avaliação Física e Atividade Física para Grupos Especiais, pela Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo (2016). Atualmente mestranda do Programa de Mestrado em Educação Física em Rede Nacional – PROEF, morando em Lábrea.

Para o desenvolvimento dessa seção vou apresentar minha trajetória pessoal, passando pela formação acadêmica até chegar a minha atuação profissional. As atividades seguem a ordem de exposição cronológica para facilitar o acompanhamento e sucessão de fatos. Meus pais vieram de uma pequena Vila do estado do Pará para a capital do Amazonas em busca de uma vida melhor e buscando dar condições dos filhos frequentarem a escola. Sou a mais nova de oito filhos, cinco mulheres e três homens (sendo um irmão desaparecido desde 2019 nas águas do Rio Negro). Meu pai é falecido desde novembro de 2021, e minha mãe hoje com 76 anos é a matriarca da família e sempre nos incentivou a estudar dizendo: “A educação é a maior herança que vou deixar pra vocês”.

Sempre estudei em escola pública, desde a alfabetização participava das apresentações de leitura e concurso de pequenos textos, fazia apresentações em feiras de ciência, construía maquetes, sempre gostei de estudar, mas nunca me via como professora. Por terem vindo de outro estado com poucas economias meus pais conseguiram alugar casa apenas nas regiões periféricas de Manaus, cresci no Bairro da Compensa II, um dos mais violentos da capital, hoje olhando para minha infância e adolescência vejo que a educação foi o diferencial na minha vida.

Minha escolha pela Graduação em Educação Física se deu após a vivência de atleta escolar na modalidade Atletismo. Lembro perfeitamente do dia que a professora Gorgonha foi em nossa escola e falou que estava fazendo testes para escolher atletas para treinarem na Vila Olímpica, nós nem sabíamos o que significava, mas fizemos os testes e para nós era uma brincadeira diferente, apenas dois alunos foram selecionados, um colega e eu. Lembro que fui correndo

para casa, contei para meus pais, lembro de papai dizer que lá era lugar de gente “que tinha dinheiro”, mas mamãe me levou, e pude ver outra realidade, vi que havia outras coisas no mundo além da violência, e das drogas tão presentes em nossa vizinhança. Através do esporte educacional pude conhecer o esporte de rendimento e por meio dele descobri o que era uma faculdade, e escolhi minha profissão.

Ingressei na Universidade Federal do Amazonas/UFAM em 2006 e aos poucos fui conhecendo mais a área de atuação da Educação Física. No início me sentia meio perdida entre as demandas, não pelo fato de ter que estudar, mas pelos recursos que precisava e não possuía como computador para fazer os trabalhos e pesquisas, e impressora, ou dinheiro para conseguir as inúmeras cópias que os professores nos solicitavam, mas saber que tinha tanta coisa para conhecer só me estimulava a continuar.

Na metade do curso fui convidada para ser Bolsista no Programa de Iniciação Científica/PIBIC, não fazia ideia do que era, ou de como funcionava, a curiosidade me levou a aceitar a proposta, mas problemas familiares e financeiros me levaram a desistir do programa. Confesso que esse foi um momento em que fiquei bem desmotivada, no período seguinte a chamada para um projeto de extensão com alunos do Ensino Fundamental me despertou novamente e pude ter a experiência enquanto estagiária e a Docência me encantou. Resgatei as lembranças do meu amor pela Educação Física Escolar e em 2010 concluí a graduação; me tornei a primeira na família a concluir uma faculdade.

Quando concluí a graduação me dei um descanso de seis meses, depois passei a receber propostas para atuar em Academias, no início não queria, mas vi que seria necessário para ter minha própria renda. Ao entregar currículos nas escolas sempre era chamada para entrevista, os projetos de extensão que participei chamavam a atenção: experiência com Voleibol, Atletismo, Futsal, Hidroginástica, Musculação, os cursos de atualização na área, experiência como árbitra e outros; mas na entrevista via o choque dos meus entrevistadores: “ela é muito nova!”.

Atuei em academias por quatro anos e em 2014 me inscrevi na Especialização em Fisiologia, Avaliação Física e Atividade Física para Grupos Especiais, pela Faculdade Mogiana do Estado de São Paulo/FMG, a qual concluí em 2016. Concomitante a especialização fiz os concursos da Secretaria de Estado

de Educação/ SEDUC, Secretaria Municipal de Educação/SEMED e do Instituto Federal do Amazonas/IFAM em 2014, nos quais obtive aprovação. Iniciei o trabalho com a Educação Física Escolar na SEMED, com a Educação Infantil, e para minha surpresa quinze dias depois saiu minha nomeação para o IFAM no município de Tefé (522km distante da capital Manaus); concluí um mês de trabalho na SEMED, depois pedi exoneração para ir trabalhar em Tefé, onde morei de 2015 a janeiro de 2020, até conseguir redistribuição para o IFAM no município de Lábrea (852km distante da capital Manaus); onde trabalho e moro atualmente.

Em Tefé sentia muita falta de cursos de atualização, de trocas de experiências ou outras ações voltadas para a formação continuada docente, e em 2020 me vi parada no tempo-espaço, sentia um desânimo tentando me vencer, mas quando escolhi minha profissão decidi que queria ser a diferença para meus alunos, assim como a professora Gorgonha tinha sido para mim anos atrás, e não me deixava vencer. Nesse momento passei a procurar Mestrados na área da EF escolar e não encontrava nada no Amazonas, ou região norte, apenas nas outras regiões, o que iria demandar gastos com deslocamento, hospedagem, alimentação e outros. Foi em uma dessas buscas que encontrei o ProEF e passei a buscar mais informações.

Em 2021 fiz minha inscrição para tentar uma vaga no ProEF pela Universidade Federal de Goiás/UFG, foi a primeira vez que tentei passar para o mestrado, mas não obtive sucesso. Em 2022 quando vi que a UFAM ia oferecer o programa fiquei muito feliz, pois seria a primeira vez que teria um programa stricto sensu voltado para a EF escolar. Só posso dizer que foi a realização de um desejo enorme ter sido aprovada, e melhor que a aprovação está sendo todo o conhecimento que estou tendo acesso e podendo aplicar na minha escola, impactando positivamente tanto em mim, refletindo em meus alunos e em meus colegas no município que também se motivaram a cursar o mestrado.

1. INTRODUÇÃO

Em 06 de julho de 2015 foi instituída a Lei Nº 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/LBI, destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania. No capítulo IV intitulado Do Direito à Educação consta que a pessoa com deficiência tem direito ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades segundo suas características.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2019) 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade possui alguma deficiência (8,4% da população brasileira), destes cerca de 3,4% (ou 6,978 milhões) possuem deficiência visual; 1,1% (ou 2,3 milhões) possuem deficiência auditiva e 1,2% (ou 2,5 milhões) possuem deficiência mental. Entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade com deficiência auditiva, 22,4% conheciam a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Cerca de 3,8% (7,8 milhões) das pessoas de 2 anos ou mais tinham deficiência física nos membros inferiores e 2,7% (5,5 milhões), nos membros superiores.

Diante dessas informações ao voltarmos nosso olhar para a realidade escolar, em Lábrea/AM os alunos com deficiência estão tendo seus direitos assegurados nas aulas de Educação Física? Elas são inclusivas ou os alunos são dispensados? Como os professores de Educação Física proporcionam a participação dos alunos com deficiências nas aulas? Quais estratégias utilizam?

Silva, et al. (2020), ao investigar políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva implementadas no município de Lábrea/AM descrevem: “[...] apesar de 138 anos de existência, a preocupação do poder público com a educação especial e inclusiva na cidade foi somente no ano de 2018”. Os autores citam ainda:

Por iniciativa do Secretário Municipal de Educação e Cultura, o Sr. Jesus Batista e Souza, e, com ajuda do terapeuta ocupacional, Sr. Keneton Santos, formaram a primeira equipe multidisciplinar da educação do município [...] uma psicóloga, uma fonoaudióloga e uma assistente social, para a execução dos trabalhos nas escolas do município.

As ações descritas no artigo são relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado/AEE, apoio na sala de recursos, visitas domiciliares, palestras e

reforço escolar que têm apresentado resultados positivos. Contudo, o município de Lábrea enfrenta os desafios da implementação de uma educação especial e inclusiva de qualidade:

[...] a falta de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e educacionais e o apoio da família são alguns dos principais desafios [...] necessita que algumas medidas sejam adotadas, como a formação continuada dos professores [...] capacitação dos gestores [...] e projetos e ações voltados para a família. (Silva, et al. 2020)

Em 2022, no mês de julho, foi realizada pela primeira vez em Lábrea a Seletiva para a X Olimpíadas Especiais da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais/APAE do Amazonas e apenas o Instituto Federal do Amazonas/IFAM campus Lábrea teve 03 (três) alunos do ensino médio inscritos e participando das modalidades esportivas: um aluno do 1º ano com deficiência intelectual participou do Atletismo (100m e Salto em distância); um aluno do 2º ano com Transtorno do Espectro Autista/TEA participou do Atletismo (Lançamento do Disco); um aluno do 3º ano com deficiência intelectual participou do Atletismo (100m) e do Tênis de mesa. Os demais participantes eram os alunos atendidos pela APAE Lábrea do Atendimento Educacional Especializado/AEE.

A situação anteriormente relatada levantou alguns questionamentos: Será que nas outras escolas de Ensino Médio do município não há alunos com deficiência? Será que os alunos com deficiência participam/são incentivados a participar das aulas de Educação Física/EF? Será que os professores de EF do ensino médio conhecem a Educação Inclusiva? Eles tiveram alguma formação sobre possíveis estratégias para proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência?

As aulas de Educação Física ainda carregam o estigma da esportivização segundo Gonzalez (2020) esta perspectiva dá suporte para que os professores atuem nas aulas pautados pelo propósito de conseguir o melhor desempenho daqueles que representam a escola nas competições esportivas. Desse propósito, se deriva a “necessária” seleção dos mais habilidosos e a escolha por “treinar” apenas aquelas modalidades que fazem parte dos torneios ou campeonatos dos quais a escola participa.

A LBI em seu Artigo 43 reafirma que:

O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

[...] III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 15).

Atualmente com as legislações, reformulações e com o “novo” paradigma da Educação Especial baseado na perspectiva da Educação Inclusiva os alunos com deficiência estão ingressando cada vez mais nas escolas regulares e atingindo níveis de escolaridades mais elevados, o que representa um avanço significativo. Segundo Mantoan (2015) a inclusão escolar atinge todos os alunos, não apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades na aprendizagem, desta forma visa que todos possam obter sucesso no âmbito da educação em geral.

Nesta direção o sistema de ensino é provocado, pois tem como objetivo não excluir ninguém, melhorando a qualidade de ensino. Contudo, a mudança de atitude por parte dos professores é fundamental para que estes possam ter comportamentos mais favoráveis no sentido da inclusão de alunos com deficiência. Assim, atitudes positivas podem influenciar fortemente uma abordagem positiva em relação à inclusão, tornando o processo mais benéfico e enriquecedor (Greguol, Malagodi, Carraro, 2018).

No entanto, para enfrentar os desafios da inclusão é preciso novas estratégias de ensino, as quais refletem diferenças e competências profissionais. Uma das possibilidades é o recurso didático do emprego do Colega Tutor (Peer Tutor, assim denominado em inglês). Nesta dissertação utilizamos o termo “Colega Tutor” mesmo ainda não sendo encontrado na base dos descritores indexados. Porém, de acordo com outras pesquisas é o que mais se aproxima do termo original. Nesta estratégia há uma interação: um companheiro da turma sem deficiência (colega tutor), é quem auxilia o aluno com deficiência. Ou seja, a tutoria é uma proposta de trabalho colaborativo designado para beneficiar o estudante com deficiência junto ao seu tutor (Orlando, 2007).

A tutoria por pares é uma estratégia de ensino que pode ser usada em vários ambientes educacionais, sala de aula, quadras, entre outros. Existem alguns tipos diferentes de programas de tutoria por pares que podem ser benéficos para os alunos com e sem deficiência e ao professor para usar como estratégia (Hume, 2019).

Por outro lado, ainda há muita discussão sobre a aplicabilidade da Educação Inclusiva nas escolas regulares, este trabalho buscou verificar no contexto voltado

para as aulas de EF como está ocorrendo a participação dos alunos com deficiência no município de Lábrea, sul do Amazonas, e elaborar um produto educacional. Considerando o colega tutor como uma provável estratégia para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física é que propusemos desenvolver a pesquisa.

Nas buscas realizadas sobre Educação Física Inclusiva não foram encontradas pesquisas abordando a estratégia do Colega Tutor na região norte, desenvolver esta pesquisa no município de Lábrea representa um passo significativo para a área e um avanço extraordinário para a divulgação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no sul do Amazonas.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta conceitos importantes sobre as pessoas com deficiência e os paradigmas históricos que enfrentaram e ainda enfrentam até chegarem na Educação Inclusiva. Dois subtópicos complementam o capítulo apresentando as escolas públicas do interior do Amazonas e sua relação com a Educação Inclusiva, e os impactos da formação dos professores no ensino inclusivo dentro da escola regular. O segundo capítulo apresenta a trajetória metodológica, contextualizando o local da pesquisa e os procedimentos utilizados para coleta e análise de dados. No terceiro capítulo são apresentados os resultados, discussão e considerações finais.

1.1 Objetivos

Esta pesquisa teve como objetivo identificar as estratégias utilizadas pelo professor de EF, de uma escola regular do ensino médio no município de Lábrea, para a inclusão de alunos com deficiência em suas aulas.

Como objetivos específicos buscou:

- Identificar o total de alunos com deficiência matriculados na rede regular, no Ensino Médio, e quais deficiências possuem;
- Descrever/demonstrar a estratégia do professor de EF para a incluir alunos com deficiência em suas aulas;
- Elaborar um Produto Educacional com estratégias para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

1.2 Produto Educacional

A partir da coleta de dados da pesquisa e dos resultados encontrados foi elaborado um Curso de Extensão para Formação de Professores como potencializador do processo de Educação Inclusiva nas aulas de Educação Física.

Para estruturar o curso e sua oferta foi considerada a Resolução Nº 096/CONSUP/IFAM, 16 de novembro de 2022, que trata do Regulamento dos Programas de Cursos de Extensão do IFAM. O Art. 7º da resolução aponta como objetivo geral do Programa de Cursos de Extensão:

Ampliar as oportunidades de formação profissional no âmbito institucional, tornando acessível à sociedade amazonense o conhecimento que acumula sistematicamente, pela articulação que faz entre o ensino e a pesquisa, suprimindo as demandas culturais e sociais da comunidade, numa dimensão ética, solidária e transformadora (IFAM, 2022).

Nesse sentido apresentamos a proposta do Curso de Extensão intitulado “Trilhas para a Educação Física Inclusiva”, apresentando estratégias para inclusão de alunos com deficiência nas aulas de EF, no Ensino Médio. O objetivo do curso é facilitar o acesso e formação dos professores de EF das escolas, comunidades e aldeias da região do Purus (Sul do Amazonas), como uma possibilidade viável no contexto amazônico.

2. PARADIGMAS HISTÓRICOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

As pessoas com deficiência vivenciaram vários paradigmas históricos que cercearam seus direitos, desde o acesso aos espaços comuns ao direito à vida. Avanços vêm acontecendo buscando uma sociedade inclusiva como o aumento no número de matrículas de alunos com deficiência nas escolas regulares, reflexo da Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Nesta seção será apresentado esses paradigmas, como eles influenciaram e suas consequências na participação das pessoas com deficiência na sociedade, especificamente no acesso às escolas.

2.1 Pessoas com deficiência: da Exclusão à Inclusão

Segundo Silva (2013) o processo de escolarização era privilégio de poucos, muitos eram aliados dos ambientes sociais e impedidos de frequentarem espaços

escolares, principalmente as pessoas com algum tipo de deficiência, as quais eram consideradas como dependentes e incapazes de executar qualquer função na sociedade, não sendo assim reconhecidas como pessoas produtivas. Esse trecho mostra o paradigma da Exclusão (rejeição social), que durou da antiguidade até o século XIX.

Nesse contexto as pessoas com deficiência não possuíam vida social, muitas vezes ficavam trancadas em casa afastadas inclusive de outros membros da família. Na Roma Antiga, nobres e plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Em Esparta, os bebês e as pessoas que adquiriram alguma deficiência (nas guerras) eram lançados ao mar ou em precipícios (Silva, 2013).

Com o advento do Cristianismo, isso mudou e a pessoa com deficiência passou a ser vista como criatura de Deus, possuidora de alma e não merecedora de castigo, mas de cuidados, como citam Pereira e Saraiva (2017), a partir dele as pessoas com deficiência passaram a ser associadas como limitadas a receber ações de caridade, e embasou o próximo paradigma.

O paradigma da Segregação (assistencialismo) surge a partir de 1910 com a formalização dos locais de isolamento para as pessoas com deficiência, nesse contexto elas eram internadas vivendo a parte de toda a sociedade.

Neste contexto, temos que:

Embora prevalecendo no âmbito social atitudes de exclusão que provocavam a invisibilidade da maioria algumas pessoas com deficiência conseguiam ocupar um espaço de visibilidade na sociedade, porém sofrendo discriminação em decorrência do forte domínio do paradigma da exclusão. Por se fazerem notar essas pessoas, passaram então, do lugar de excluídas para ocuparem a posição de segregadas. Pois naquela concepção vigente, as potencialidades dos sujeitos com deficiência não tinham credibilidade e havia a crença socialmente difundida de que as pessoas com deficiência poderiam oferecer algum perigo para a sociedade, sendo então estes indivíduos isolados em instituições segregadoras. Nessas instituições eram agrupadas todas as pessoas consideradas anormais caracterizando-se a Segregação (Silva, 2013, p.2).

Muitas discussões surgiram sobre a manutenção desses espaços como locais que geravam apenas despesas para o Estado, e passaram a “tratar” as pessoas com deficiência no sentido de treiná-las para que assim pudessem ter o direito de viver em sociedade, desde que fossem produtivas. Como cita Fernandes (2018) “os corpos, considerados desviantes, passam a ser estudados em seus

detalhes na busca de formas de consertá-los, para que eles se encaixem nos padrões de normatização da sociedade”.

A influência desse pensamento significou a edificação de um sistema educacional paralelo, “uma instituição educativa onde os alunos que não correspondam aos parâmetros normativos curriculares são encaminhados, as escolas especiais”, com viés segregador. Ou ainda tem a função de trabalhar com as crianças que o sistema regular não sabe ou não quer lidar (Beyer, 2006).

Conectado a esse pensamento surge o paradigma da Integração:

Em tal concepção, a deficiência seria a consequência lógica e natural do corpo com lesão, adquirida inicialmente por meio de uma doença, sendo uma como consequência desta. A deficiência seria em si a incapacidade física, e tal condição levaria os indivíduos a uma série de desvantagens sociais. Uma vez sendo identificada como orgânica, para se sanar a deficiência, dever-se-ia fazer uma ou mais intervenções sobre o corpo para promover seu melhor funcionamento (quando possível) e reduzir assim as desvantagens sociais a serem vividas (França, 2013).

Neste momento surgem os centros de reabilitação com o objetivo de mudar a realidade do indivíduo para que ele possa ser inserido na sociedade, escola e trabalho. Fernandes (2018) cita que o problema era apontado exclusivamente para a pessoa com deficiência, ela precisava ser “consertada”.

Os centros especializados ou escolas especiais que surgiram nesse momento tinham na intervenção dos profissionais a finalidade corretiva, pautada na aquisição e no treinamento de habilidades para que a pessoa com deficiência pudesse se adequar à sociedade.

Atualmente é possível ouvir pareceres a respeito das escolas especiais como o único lugar em que os alunos com deficiência de fato terão seus direitos assegurados, em virtude da presença dos profissionais especializados, no entanto na prática muita discriminação e comodismo estão aí presentes, havendo ainda uma resistência/negação em respeitar o direito das pessoas com deficiência ao espaço comum.

O modelo médico não conseguiu avançar nos resultados com as pessoas com deficiência e neste período surge o paradigma da Inclusão,

O problema deixa de estar na pessoa com deficiência, ela não precisa ser consertada a exclusão está na sociedade, nas barreiras que impedem o acesso da pessoa com deficiência a ambientes comuns, existe uma relação entre as características pessoais e o ambiente em que a pessoa se encontra, trabalha, estuda, vive.

Os impedimentos que as pessoas com deficiência podem enfrentar são derivados da relação entre a deficiência e as barreiras existentes no ambiente, entendido aqui de maneira ampla uma vez que, as barreiras que

a pessoa vai enfrentar são diferentes em cada local e em cada situação (Fernandes, 2018).

Nesse sentido, Paganelli (2018) apresenta em seu artigo que ao contrário da integração, na qual o aluno deve se adaptar às condições da escola, a inclusão prevê que as unidades de ensino devam se transformar para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos. A autora reforça que garantir esse direito implica que o sistema de ensino seja reestruturado a partir de uma nova cultura, concretizada por meio de ações articuladas e da participação direta de todos. Acrescenta ainda, que essa nova perspectiva se baseia no reconhecimento da diferença como característica inerentemente humana e na compreensão da deficiência como fenômeno social.

Há uma mudança grande de perspectiva quando se passa a considerar que os problemas das pessoas com deficiência são causados por falhas de uma sociedade que precisa mudar. Em síntese, o modelo social interpretou a deficiência como um produto de uma sociedade “des-capacitante” ou “incapacitante”, e não como resultado de uma patologia no corpo do indivíduo. Ser incapacitado pela sociedade relaciona-se diretamente com a discriminação, que restringe a participação das pessoas com deficiência no meio social (Bisol; Pegorini; Valentini, 2017).

A busca dessa inclusão na prática das realidades escolares foi o que justificou essa pesquisa. As pessoas com deficiência tiveram muitos direitos retirados ao longo da história, e o paradigma da inclusão vem de encontro a resgatá-los. Sete anos após a promulgação da LBI busca-se verificar o que de fato está sendo realizado e propor um produto educacional que auxilie os professores de Educação Física neste processo por uma escola e sociedade mais inclusiva.

2.2 A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e a Educação Física

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei Nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015), em seu Art. 2º: Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Conhecer os paradigmas históricos é essencial para compreender as consequências que essas restrições ao acesso à escola impuseram às pessoas com deficiência. Avanços nas políticas públicas visando à inclusão são parte das pequenas conquistas desse público que ainda precisam ser de fato difundidas e executadas como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Seu objetivo é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. BRASIL (2008) reforça que este objetivo será alcançado através da orientação aos sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

A repercussão da Política de Educação Inclusiva pode ser observada no Censo Escolar:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2021, um aumento de 26,7% em relação a 2017. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 68,7% dessas matrículas. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2017 e 2021, percebe-se que as de ensino médio são as que mais cresceram, um acréscimo de 84,5% (INEP, 2021, p. 37).

O aumento gradual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades e superdotação matriculados em classes comuns está encorajando os pesquisadores a voltarem suas pesquisas para os impactos da inclusão na rede regular de ensino. Na área da Educação Física Escolar as pesquisas contemplando essa temática ainda são iniciais, geralmente separadas por deficiência, nível de ensino ou conteúdo e se mostram relevantes na geração de informações de orientação para uma sociedade mais inclusiva: A dança experimental e a inclusão de alunos com deficiência intelectual: possibilidades para as aulas de Educação Física nos primeiros anos do ensino fundamental (Oliveira, 2020); A inclusão de um aluno com síndrome de Down nas aulas de Educação Física (Shimoda, 2020).

Em estudo realizado por Pires (2020) dentro da perspectiva inclusiva, os professores de Educação Física se avaliaram negativamente quando refletiram sobre sua formação inicial e continuada, no que se refere ao atendimento dos estudantes com deficiência. Esse estudo nos mostra que há uma necessidade de avançar com pesquisas nesta área, pois há uma demanda crescente tanto pelo ingresso de alunos com as mais variadas deficiências e/ou transtornos de

desenvolvimento na educação básica, como pela demanda dos professores que precisam de capacitação e/ou documentos norteadores para serem de fato agentes multiplicadores da Educação Inclusiva nas escolas.

2.3 Escolas públicas do interior do Amazonas e sua relação com a Educação Inclusiva

Ao realizarmos a busca por estudos sobre Educação Inclusiva no interior do Amazonas encontramos trabalhos desenvolvidos em diferentes municípios, de forma abrangente em diversas áreas e contextos.

Pacheco e Evangelista (2015) apresentam em seu artigo o relato de experiência da formação de professores, gestores, pedagogos e outros profissionais da educação usando o Programa Arumã, com práticas e estratégias para o atendimento à Pessoa com Deficiência (PCD), no período de 2012 a 2014. A formação foi realizada em Manaus, e nos municípios de Coari, Itacoatiara, Iranduba (Distritos Sede, Cacau Pirêra e Lago do Limão), Presidente Figueiredo e Urucará, formando 628 profissionais.

[...]quando procedemos com a inclusão de pessoas com deficiência em ambiente de aprendizagem, os problemas que florescem se resumem à carência de treinamento, esclarecimento e prática. Isso é potencializado quando se considera o contexto amazônico que, para além da necessidade da própria formação continuada, afloram os aspectos geográficos que incluem a logística e a comunicação com as distantes comunidades onde os professores estão inseridos (Pacheco e Evangelista, 2015).

A formação foi realizada de forma presencial de acordo com os autores em virtude da dificuldade em utilizar outros meios tecnológicos no interior do Amazonas, somado a isso foi citado o fator transporte. Foi identificado o quanto os cursistas encontravam-se necessitados de informações, principalmente de uma formação que respondesse parte de seus anseios referentes ao tema em questão.

Considerando que a formação ocorreu na capital e em mais cinco municípios (o mais longe, Coari localizado a 373km), a instabilidade da internet que torna a comunicação em tempo real precária e a dificuldade em arcar com as despesas de deslocamento, para atualizações na área, infelizmente tornam essa situação uma realidade presente nos demais municípios; principalmente aqueles

localizados a mais de 800km da capital (o que acaba por influenciar diretamente nas ações de educação inclusiva nas escolas regulares).

Perez (2017), em seu trabalho de conclusão de curso na área de Pedagogia, buscou diagnosticar a realidade inclusiva nas escolas do município de Tabatinga. O campo de pesquisa envolveu treze escolas (7 escolas municipais, 6 escolas municipais e 1 Centro de Educação Especial/CIEE), como resultado apresentou que 50% dos alunos com deficiência cursavam o ensino fundamental tendo acesso ao AEE no CIEE, e em alguns casos, o auxílio do segundo professor.

Os achados da autora não diferem da realidade de outras localidades do interior do Amazonas, que indica a existência do movimento de inclusão escolar no município, apesar de algumas barreiras e desafios. Entre as barreiras citadas: falta de capacitação dos recursos humanos, de condições de acessibilidade e de políticas públicas que busquem o êxito e permanência deles no contexto escolar. Para transpor essa realidade de dificuldades e exclusão:

[...] é necessário proporcionar e incentivar a convivência com o outro, com o que parece diferente. E, com isso entender que desenvolver projetos, recursos, materiais acessíveis, implica em pensar uma educação que atende a todos, não um grupo em específico. É a garantia de um direito que proporcione além de condições básicas de mobilidade, comunicação e participação social, o alcance da independência e autonomia (Perez, 2017).

Silva (2023) ao investigar a formação de professores em uma escola (anos iniciais) no município de Humaitá, constatou que nenhum dos docentes possuía formação em Educação Especial, e que essa carência de saberes específicos pode se tornar um empecilho para a concretização da inclusão escolar.

[...]fica evidente que um professor que atua hoje, em sala de aula e sente-se desprovido de instrumentos que venha promover sua prática educativa. Ele sabe que vai estar contribuindo efetivamente para a transformação desse estudante, os medos são inevitáveis e tensões pois se sente envolvido e responsável pela transformação e percebe que seu sucesso ou fracasso está ligado diretamente relacionado a ele.

A autora destaca a necessidade de ações de formação de professores do ensino regular, na área da educação inclusiva, para que desenvolvam seu trabalho da melhor forma possível, seja com estudantes com deficiência ou sem deficiência. Escassez de profissionais e falta de investimento são presentes, algumas experiências sem formação são bem-sucedidas, mas outras vezes a ausência da formação em educação inclusiva conduz à exclusão (evasão e repetência).

O estudo de Silva (2023) apesar de apresentar um recorte da realidade de um município do interior do Amazonas corrobora com os achados de Maia e Ferreira (2018) investigando a Secretaria de Educação do Amazonas,

[...] embora haja programas de incentivo a inclusão escolar promovidos pelo governo, a insegurança dos professores em trabalhar com alunos portadores de alguma deficiência surge como um dos grandes obstáculos para se efetuar a inclusão. Junte-se a isto a falta de alternativas positivas para que o profissional de educação se sinta capaz e seguro em trabalhar com seus alunos e atendê-los com qualidade.

Os autores citam a dispensa dos alunos com deficiência das aulas de Educação Física, como exemplo de uma das alternativas recorrentes encontradas, sugerindo a exclusão nas aulas práticas da disciplina, um comodismo que vai na contramão à ideia de escola inclusiva.

A comparação da realidade da Educação Inclusiva entre os municípios do Amazonas que possuem estudos publicados é inevitável. Foram encontradas publicações na área de Pedagogia, de dois setores de educação especial e inclusiva, e uma dissertação de ciências e humanidades. Destacamos que na busca realizada não encontramos trabalhos na área da Educação Física desenvolvidos no interior do Amazonas que contemplasse alunos com deficiência. Esse fato pode ser uma consequência dos resultados encontrados nos demais estudos, a falta de formação específica.

2.4 A formação dos professores de Educação Física e seus impactos na implementação da Educação Inclusiva

Os cursos de formação de professores de Educação Física acompanharam os diversos contextos históricos (com grande influência da educação médica/higienista e militar/calistênica), o que ao longo dos anos resultou na supervalorização do tecnicismo em função do pedagógico.

De acordo com Borella (2010) a Resolução do Conselho Federal de Educação/CFE nº 03/87 foi o ponto de partida para a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de Educação Física, “Essa resolução promoveu um avanço pioneiro em termos curriculares, devido à proposta de currículo por áreas de conhecimento[...]”.

Os currículos para os cursos de graduação em Educação Física foram divididos em duas partes: a) Formação Geral (humanística) com a área de

conhecimento filosófico, conhecimento do ser humano e conhecimento da sociedade; e b) Aprofundamento de Conhecimentos (técnica), conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física (BRASIL, 1987).

Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiências, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (BRASIL, 1987).

A partir dessa resolução muitas discussões seguiram até a publicação do Parecer nº 09/2001 do Conselho Nacional de Educação/CNE que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Vale destacar que o parecer partiu do entendimento que a educação é responsável pelo desenvolvimento das pessoas e da sociedade, bem como pelo favorecimento das transformações sociais necessárias, e explicitou outras compreensões interligadas e em torno da educação escolar. [...] deixou clara a concepção de escola, de alunos, [...] e de formação de professores a ser adotada nas licenciaturas (Borella, 2010).

Entre as concepções da revisão da formação docente, foram apresentadas como novas tarefas para os professores: favorecer a construção da identidade e da autonomia da criança e o seu conhecimento de mundo (alunos de zero a seis anos); estimular os alunos (fundamental e médio) a investigar, questionar e pesquisar, ser solidários, cooperativos, conviver com a diversidade, repudiar qualquer tipo de discriminação e injustiça. Considerando as especificidades dos alunos das diversas modalidades de ensino, [...] bem como dos alunos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2001).

Menezes, Alcântara e Simas (2023) analisaram as matrizes curriculares da UFAM para compreender como estava sendo trabalhada a educação inclusiva na formação inicial dos professores. Foram investigados 18 cursos de licenciaturas e entre eles a disciplina de LIBRAS foi comum entre todos, no entanto ressaltam que apenas essa “oferta não supre a real necessidade de resolver os mais diversos entraves existentes no ambiente escolar”.

Os autores apresentam somente os cursos de Pedagogia, Letras-Libras e de Artes Visuais com oferta da disciplina de Educação Especial/ inclusiva ou similar. Sobre a Educação Física consta uma nota,

O curso em seu PPC não apresenta disciplina acerca da Educação Especial/ inclusiva ou similar, mas oferece a disciplina de prática motora para as pessoas com deficiência. Salientamos que o PPC até a presente data se encontra em atualização (Menezes, Alcântara e Simas, 2023).

Depois de um início turbulento a graduação em Educação Física passou e ainda passa por reflexões, críticas e busca incorporar práticas inovadoras na tentativa de superar o tecnicismo. No entanto a área vivencia uma atualização a passos lentos.

Infelizmente muitas Matrizes curriculares ainda apontam para a formação de um determinado profissional voltado apenas para o “adestramento” físico dos alunos, em detrimento aos demais aspectos do desenvolvimento integral destes, como o cognitivo, o afetivo, o psicossocial, fortalecendo, desta maneira, a criação de profissionais menos reflexivos e críticos (Amorim, 2021, p.88).

Na prática o resultado dessa formação tradicional são profissionais receosos em utilizar outras abordagens que não sejam devidamente sistematizadas tecnicamente, por medo de errar (e entre correr o risco de fazer e errar, muitos preferem nem tentar). No contexto escolar, a formação inicial estagnada, somada ao desinvestimento pedagógico da formação continuada vai engessando o professor de Educação Física e tornando os alunos com deficiência meros figurantes no processo de educação inclusiva (presente na sala de aula, sem estar incluído de fato).

Ao iniciar meu trabalho com alunos com deficiência em 2015 me vi paralisada sem saber por onde começar, depois que assimilei o desafio que teria fui em busca de informações e de formações. Reorganizei meu planejamento, no entanto ao tentar aplicá-lo várias vezes recebi “conselhos” dos colegas para não fazer isso (não adaptar, não buscar estratégias inclusivas), pois só iria ter trabalho e dor de cabeça com os alunos com deficiência, com a família deles superprotetora, que era complicado e difícil.

Esse discurso por muito ficou muito tempo na minha mente, sem que eu conseguisse compreender. Nove anos depois, entre erros e acertos, percebo que o medo de um professor começar a tentar aplicar a Educação Inclusiva na prática

escolar, significa colocar toda a comunidade escolar sob a pergunta invisível: por que todos os professores da escola não fazem o mesmo?

Infelizmente esse desinvestimento pedagógico na área da Educação Inclusiva em escolas regulares acaba por perpetuar falas “pseudo” orientadoras como “não estamos preparados para atender esse aluno”, “ele teria um melhor acompanhamento se fosse para a escola especial” (remetendo ao paradigma da Segregação). Esse cenário muitas vezes tende a fazer parte do contexto escolar, por isso destacamos a necessidade da formação específica em Educação Inclusiva contemplar as legislações, como uma forma de reafirmar o papel inclusivo da escola e de toda comunidade escolar (porteiro, secretários, serviços gerais, merendeiras e outros) visando assegurar o direito dos alunos com deficiência.

Nascimento, Souza e Franco (2022), investigaram a produção de conhecimento sobre deficiências e Educação Física escolar entre os anos de 1979 e 2019. Nesse intervalo de quarenta anos foram encontradas 325 publicações, destas 113 no contexto escolar, sobre deficiência auditiva (3); deficiência física (4); deficiência visual (8); deficiência intelectual (17) e deficiência geral (81). Na pesquisa dos autores há uma imagem com as datas das publicações nos periódicos (Figura 1).

Figura 1- Publicações EF Escolar e Deficiências nos periódicos brasileiros

Fonte: Rev. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, p. 6, 2022

Na figura é possível fazer uma correlação das publicações com as legislações que amparam os alunos com deficiência em classes regulares. Nos anos de 1985 a 2003 as publicações sobre deficiência e Educação Física escolar ficou limitada a uma, ou duas publicações por ano; sendo que nesse período foi

divulgada a Declaração de Salamanca, que foi considerado um documento inovador por apresentar os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, e em 1994 a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB.

Entre os anos de 2004 e 2005 é possível identificarmos um aumento das pesquisas e publicações nessa área envolvendo a EF escolar, seguindo um novo pico em 2008, ano em que houve a divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Em 2015 temos a Lei Nº 13.146/LBI, que busca assegurar uma educação de qualidade para todos os alunos, a partir desse documento nota-se um interesse maior em investigar esse campo, pois um novo pico ascendente de 2016 a 2019 é notado.

3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Esta pesquisa foi desenvolvida ao Norte do Brasil, em uma escola de Ensino Médio localizada no município de Lábrea, Sul do Estado do Amazonas. Configurou-se como uma pesquisa qualitativa, no formato de estudo de caso.

O Estudo de Caso é a história de um fenômeno, passado ou corrente, desenhado a partir de múltiplas fontes de evidência, nas quais se incluem dados obtidos tanto em observações diretas e entrevistas sistemáticas, como em arquivos públicos ou privados. (Leonard-Baxton, 1990).

3.1 Contexto local da pesquisa

O município de Lábrea, ao Sul do Estado do Amazonas em uma grande planície, a 855 km (oitocentos e cinquenta e cinco quilômetros) da capital Manaus, com uma população estimada de 47 mil habitantes (IBGE, 2021), sendo o sétimo município em extensão.

Limita-se com os Municípios de Canutama, Tapauá, Pauini, Boca do Acre e com os Estados de Rondônia e Acre (Figura 2). Sua altitude é de 60 metros acima do nível do mar. Está à margem direita do Rio Purus, com uma área de 68.229 km² representando 4.3437% do Estado. O relevo da região em que está situado o município de Lábrea é propício à existência de basicamente três tipos de florestas: a

floresta de várzea, floresta de terra firme e a chamada mata inundada, que leva o nome de igapó.

Figura 2- Mapa de Localização do Município de Lábrea

Fonte: Google Maps. Acessado em 10/12/2022

O acesso ao município é possível via transporte fluvial, terrestre e aéreo; via fluvial a viagem de Lábrea à Manaus pode levar de quatro dias a uma semana (só o trecho de ida, e mais quatro a cinco dias no trecho de volta), dependendo do período da cheia e vazante; via terrestre o transporte se dá pelas empresas de ônibus utilizando a BR-319 Rodovia Álvaro Maia (conhecida como Rodovia Manaus-Porto Velho), e a BR-230 Rodovia Transamazônica.

A viagem pode levar 24 horas se a estrada estiver em boas condições, 35 horas ou mais nos períodos chuvosos, considerando panes mecânicas ou quebra de peças (Figura 3) causadas pelos buracos e diversas manobras que os motoristas precisam fazer para evitar os atoleiros que surgem no caminho (Figura 4); o transporte aéreo leva de uma hora e meia (voo direto) a três horas ou mais, dependendo das escalas da aeronave, o que também é incerto considerando a estrutura básica do aeroporto do município, pois em dias nublados o avião não consegue pousar, tendo que retornar e pousar em Porto Velho, fazendo com que os passageiros utilizem o transporte de ônibus ou taxi para chegar ao município.

Figura 3- Pane mecânica em carreta sobre a ponte na BR319

Fonte: Acervo pessoal

Figura 4- Ônibus em atoleiro no trecho do meio da BR319

Fonte: Acervo pessoal

Em Lábrea a modalidade de ensino médio regular é ofertada por três escolas na zona urbana, totalizando 1.399 matrículas. A Educação Especial totaliza 24 matrículas no ensino médio, conforme indicado na tabela a seguir:

Tabela 1. Matrículas ensino médio município Lábrea

Instituição Escolar	Ensino regular	Educação especial	Deficiências
Escola 1	479	7	Visual (4), Auditiva (1), Transt. (2)
Escola 2	475	11	Visual (3), Intelectual (7), Transt. (1)
Escola 3	395	6	Visual (1), Intelectual (3), Transt. (2)

Fonte: Elaborado pela autora

O convite da pesquisa foi direcionado às escolas, no entanto, não tivemos retorno de uma das escolas; e no período planejado para a coleta de dados outra escola estava em jornada pedagógica (o que impossibilitou sua participação, pois não havia alunos na escola), assim a pesquisa foi desenvolvida na Escola 3.

Realizamos uma reunião com o gestor da escola 3 para esclarecimento sobre a pesquisa, a proposta foi aceita e recebemos a anuência. Posteriormente foi agendada uma reunião com o professor de Educação Física onde foi efetivado o convite, e tivemos um retorno positivo.

Assim, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP-UFAM) e foi aprovado com o CAAE 76779423.2.0000.5020 e Parecer de Aprovação Número 6.619.094 (Anexo B).

3.2 Contextualização da escola participante

O Instituto Federal do Amazonas/IFAM constitui-se na iniciativa de oferecer ao país condições favoráveis à formação e qualificação profissional nos diversos níveis e modalidades de ensino. A Rede Federal de Educação Tecnológica do Ministério de Educação, sob a supervisão da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), expandiu-se para o interior do Brasil em diversos estados, chegando, assim, também ao interior do Amazonas (IFAM).

Em Lábrea, o Campus foi inaugurado no dia 1º de fevereiro de 2010, na gestão do prefeito Gean Campos Barros, atualmente oferece a modalidade de ensino médio técnico integrado com os cursos de Administração, Agropecuária, Informática e Recursos Pesqueiros; o curso técnico subsequente (para quem já concluiu o ensino médio), e cursos de Formação Inicial e Continuada/FIC. Localiza-

se na Rua Vinte e Dois de Outubro, 3893, no Bairro Vila Falcão (Figura 5). Localiza-se a 2km do Centro, mas oferece o serviço de transporte escolar com dois ônibus que fazem duas rotas diferentes para buscar e levar os alunos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Figura 5- Vista aérea da escola participante

Fonte: Google Maps. Acessado em 28/03/2024

Atualmente no Ensino Médio Técnico Integrado (diurno) atende ao todo 12 turmas, sendo: quatro turmas de 1º ano, quatro turmas de 2º ano e quatro turmas de 3º ano. No Curso Subsequente (noturno) possui uma turma de Administração e uma turma de Florestas.

A estrutura física é composta por construções em blocos, no primeiro bloco há de 10 salas de aula, todas equipadas com aparelho de condicionador de ar, computador e datashow (Figura 6); 04 Laboratórios de Informática, com aproximadamente vinte e cinco máquinas (Figura 7); 02 banheiros para alunos e 02 banheiros para funcionários; 01 Biblioteca, com oito computadores ligados à Internet para consulta dos usuários (Figura 8) e uma cozinha/copa/refeitório.

Figura 6- Sala de aula da escola

Fonte: Rafael Souza, 2023

Figura 7- Laboratório de informática

Fonte: A Autora.

Figura 8- Biblioteca

Fonte: Acervo da escola

O segundo bloco de construção é composto por: 01 miniauditório; 01 almoxarifado; 01 piscina (Figura 9); 01 quadra externa (Figura 10); 01 ginásio coberto (Figura 11) e um amplo espaço gramado e com árvores. Possui ainda uma área onde os alunos cultivam uma horta, um viveiro e um espaço para os animais (suínos, gados e caprinos).

Figura 9- Piscina

Fonte: Acervo da escola

Figura 10- Quadra externa

Fonte: A Autora.

Figura 11- Ginásio coberto

Fonte: A Autora.

A escola desenvolve ações voltadas para a comunidade labrense como cursos de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social: Manicure e Pedicure; Maquiadora; Recepcionista e Operadora de Supermercado (Figura 12). Curso de Agricultor Orgânico buscando contribuir para o desenvolvimento sustentável da região Amazônica. Ações de voluntariado e solidárias como a coleta e doação de alimentos, roupas e brinquedos (Figura 13).

Figura 12- Qualificação para mulheres

Fonte: Página da escola

Figura 13- Ação solidária da escola

Fonte: Página da escola

A escola participante possui uma Equipe Multiprofissional com Psicóloga, Assistente Social, Pedagogo, Enfermeira e Técnico em Enfermagem. A Coordenação de Desporto é conduzida pelo Professor de Educação Física. E a Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas/CAPNE, que de acordo com o Art. 2º da RESOLUÇÃO Nº 17 - CONSUP/IFAM, de 28 de fevereiro de 2024:

[...] é o setor que articula processos e pessoas para a implantação/implementação das ações do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – TEC NEP, bem como das ações em educação especial, na perspectiva da

educação inclusiva e em atendimento educacional especializado em âmbito institucional, envolvendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão.

A CAPNE foi criada em 2020 a princípio como um núcleo (Figura 14), de acordo com a Portaria N° 026 – GD/IFAM/LÁBREA, de 17 de fevereiro de 2020. Em 2022 com o avanço das políticas públicas da Educação Especial e Inclusiva houve reflexos no IFAM e os núcleos passaram a se tornar Coordenação (Figura 15), conforme Portaria No 235 – GR/IFAM, de 10 de fevereiro de 2022.

Figura 14- 1º núcleo de Inclusão

Fonte: CAPNE, 2024

Figura 15- Coordenação de Inclusão

Fonte: CAPNE, 2024

De acordo com a RESOLUÇÃO N° 17 - CONSUP/IFAM, de 28 de fevereiro de 2024, são consideradas pessoas com necessidades educacionais especiais aquelas que têm:

- I – **deficiência**, caracterizada por impedimentos de longo prazo, de **natureza física, mental, intelectual ou sensorial** que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;
- II - **altas habilidades/superdotação**, caracterizadas por potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes;
- III - **transtornos globais do desenvolvimento**, caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil);
- IV - **transtornos funcionais específicos**, como dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade entre outros.

A Resolução nº 31-CONSUP/IFAM de 06 de Junho de 2018, trata do Regulamento de Procedimento para Atendimento de alunos com deficiência, em seu Art. 4º apresenta duas formas de identificação dos alunos com deficiência, poderá ser através de: Autodeclaração do estudante com apresentação do Laudo Médico; ou pela identificação por parte da equipe técnica do campus durante o período letivo. Nesse sentido a CAPNE Lábrea identificou 06 alunos, sendo:

- 01 aluno com laudo de Paralisia Cerebral e Deficiência Física (Q66- pé torto equinovaro), no 3º ano de Administração.

- 01 aluno com Deficiência Visual sem laudo (possui apenas um atestado médico indicando Visão Monocular), no 3º ano de Agropecuária.

- 01 aluno com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade/TDAH sem laudo (possui apenas um atestado médico), no 3º ano de Agropecuária.

- 01 aluno com laudo de Deficiência Intelectual (F70.1- dificuldade de aprendizado/ retardo leve/moderado), no 3º ano de Informática.

- 01 aluno com laudo de Transtornos do Humor (F32.9- Episódio Depressivo não Especificado), no 2º ano de Administração.

- 01 aluno com laudo de Paralisia Cerebral (comprometimento na fala e monoparesia do membro superior esquerdo), no 1º ano de Agropecuária.

A escola participante possui 02 professores de Educação Física: uma professora que trabalha há 4 anos (professora-pesquisadora); e um professor que atua na escola há 8 anos, sujeito do nosso estudo.

3.3 O componente curricular Educação Física

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso/PPC da escola participante um Curso Técnico de Nível Médio na Forma Integrada possui duração de três anos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o Parecer CNE/CEB no. 16/99 e o Parecer CNE/CEB no. 17/97 o aluno deverá cumprir uma carga horária específica para finalizar o curso, no quadro 01 apresentamos a distribuição do Curso de Agropecuária:

Quadro 1 – Carga horária do componente Educação Física

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM																	
Campus LÁBREA																	
Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária na Forma Integrada																	
Ano de Implantação: 2020		Eixo Tecnológico: RECURSOS NATURAIS										Forma de Oferta: Integrada					
COMPONENTES CURRICULARES/ DISCIPLINAS		1º ANO					2º ANO					3º ANO					TOTAL
		Teórica	Prática	EAD	Semanal	Anual	Teórica	Prática	EAD	Semanal	Anual	Teórica	Prática	EAD	Semanal	Anual	
NÚCLEO BÁSICO - FORMAÇÃO GERAL																	
LINGUAGENS	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	80	40	-	3	120	80	40	-	3	120	60	20	-	2	80	320
	Artes	20	20	-	1	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40
	Língua Estrangeira Moderna**	60	20	-	2	80	20	20	-	1	40	-	-	-	-	-	120
	Educação Física	40	40	-	2	80	40	40	-	2	80	-	-	-	-	-	160

Fonte: IFAM, 2020

No quadro acima é possível identificar que o componente curricular Educação Física é ofertado somente nas turmas de 1º e 2º ano, com uma distribuição de dois tempos de 50 minutos, que foram alocados para o mesmo dia, ou seja, um encontro semanal com cada turma de dois tempos seguidos.

A Ementa do componente curricular indica como objetivo geral:

[...] ampliar os horizontes da cultura corporal e promover o desenvolvimento integral do discente em seus aspectos morais, éticos, estéticos, corporais, cognitivos, socioafetivos e políticos, valorizando a pluralidade de ideias, a diversidade cultural e a relação do homem com seus semelhantes e com o meio (IFAM, 2020).

A concepção metodológica trabalhada é a educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o aluno está inserido e as condições necessárias para nela intervir através das experiências realizadas na Escola. Os conteúdos trabalhados são divididos em unidas temáticas: História e conceitos de Educação Física, reconhecimento do corpo, avaliação física escolar I, primeiros socorros, esportes coletivos e individuais I e II, práticas corporais rítmicas I e II, artes marciais, lutas e esportes de combate, práticas corporais de aventura, temas integradores, atividades aquáticas I e II.

3.4 Sujeito da pesquisa

O sujeito de nossa pesquisa foi 01 (um) professor de Educação Física, com 38 anos, formado em Licenciatura pela Universidade Federal do Amazonas/UFAM em 2012. Possui graduação em Fisioterapia e Bacharelado em Educação Física concluídas em faculdade particular; e uma Especialização em Educação Física Adaptada, concluída em 2020.

Os critérios de exclusão para o professor de Educação Física era atuar em outra disciplina sem ser a de Educação Física; ou o professor de EF que durante a pesquisa se afastasse da escola por período superior a 01 mês (licenças, condições de saúde).

A turma escolhida para realizar coleta de dados (filmagens) foi a turma do aluno com Paralisia Cerebral do 1º ano (atendendo o critério de inclusão na pesquisa), pois na escola participante não é oferecida a disciplina de Educação Física no 3º ano, e no 2º ano o aluno possui Transtorno do Humor, com episódio depressivo, o que não é caracterizado como deficiência.

3.5 Procedimentos para a coleta de dados

Reunimos com o professor de EF para apresentar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/TCLE (Apêndice A), e após a assinatura do termo iniciamos a entrevista.

3.5.1 A entrevista com o professor

A entrevista foi realizada individualmente em uma sala climatizada que ficava no ginásio da escola, esclarecemos que se tratava de uma pesquisa onde o anonimato e o sigilo do participante seriam mantidos, que a Formação será uma proposta para apresentar estratégias de ensino para ajudar o professor durante as aulas, auxiliando na participação dos alunos com deficiência, e que sua participação na pesquisa não colocaria em dúvida a metodologia que utilizava nas aulas.

Como instrumento da Entrevista Semiestruturada com o professor de EF foi utilizado uma adaptação de Souza, (2008), para coletar informações sobre a sua formação acadêmica, inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares e sobre a tutoria (Apêndice B).

3.5.2 A filmagem das aulas

Após a entrevista foi agendado a filmagem de três aulas que foram considerados dados originais. As filmagens foram assistidas e posteriormente elaboramos uma clara descrição do ocorrido em toda a aula, que foi utilizada na análise do comportamento de ensino do professor de Educação Física e participação do aluno com deficiência nas atividades.

Um celular smartphone foi posicionado na lateral da quadra com o auxílio de um tripé, em um ângulo aberto para captar uma imagem ampla das aulas que foram realizadas. Não foi focado em nenhum aluno em especial, as imagens foram do todo. Nesse período não ocorreu interferência da pesquisadora, apenas foi explicado aos alunos que seriam filmados durante a aula, os alunos puderam observar o material de filmagem (celular e tripé).

A fase de filmagem das aulas teve duração de 03 sessões (antes da Formação). Estava prevista a filmagem de mais 03 aulas após a Formação com o

professor, no entanto em virtude da greve dos servidores da rede federal (iniciada em 15 de abril, ainda em vigor), não foi possível concluir essa etapa. O instrumento para análise das observações, foi adaptado de Souza (2008) para fazer as observações das aulas com o auxílio da tutoria.

3.5.3 A Formação do professor de Educação Física

A Formação sobre o Colega Tutor foi realizado pela professora-pesquisadora e desenvolvido na escola em que o professor participante atua. A Formação foi subsidiada e adaptada dos estudos de Houston-Wilson et al. (1997) e Lieberman e Houston-Wilson (2009).

Os encontros de formação foram agendados nos dias em que o professor participante não tinha aula de Educação Física, (de acordo com sua disponibilidade, contraturno ou liberação da gestão da escola) para que não houvesse conflito com suas aulas junto às turmas.

A Formação foi dividida em três módulos, totalizando 08 horas:

Módulo 1 - Tutoria e a deficiência em foco: abordagem a respeito da Tutoria (conceito, procedimentos), Deficiência (conceitos, dúvidas e considerações). Sensibilização: conhecer e entender o tipo de deficiência do aluno através das informações esclarecidas de um modo simples e fácil ou por simulações. Estratégia de Comunicação: conhecer e ter/criar/adaptar uma maneira para realizar uma comunicação com o aluno com deficiência. Pode ser que exista só uma forma de se comunicar (língua de sinais, cartões, figura entre outros) – duração 03 horas.

Módulo 2 - Técnicas de auxílio: foi enfatizada a importância de promover a autonomia e a independência do aluno com deficiência durante a realização das atividades, utilizando Estratégias de Ensino: um sistema de ensino onde se obtém a ação do aluno com deficiência utilizando o mínimo de interferência, pode ser feita através de Dica Verbal (dar sugestão na realização das tarefas); Demonstração (realizar o movimento para o aluno com deficiência); Assistência Física I e Assistência Física II (com pouco auxílio e com mais auxílio). Há também a possibilidade do Reforço (feedback): positivo específico (tarefa em si); positivo geral (tarefa em geral); correção (mudar uma tarefa incorreta) – duração 03 horas.

Módulo 3 - Treinamento prático: Diagnóstico das Habilidades, verificação/simulação das habilidades a serem ensinadas durante as aulas, e assim

repassar ao aluno com deficiência com o emprego das possíveis técnicas de auxílio. Essa fase ocorreu sem o envolvimento do aluno com deficiência – duração 02 horas.

3.6 Análise dos dados

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada com o professor de Educação Física (perguntas abertas e fechadas sobre sua formação acadêmica, inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares e sobre o colega tutor), adaptada de Souza (2008); gravada em áudio e posteriormente transcrita, foi realizada a análise de conteúdo (Bardin, 1977), com a organização da análise; codificação; categorização; tratamento dos dados, com inferência e a interpretação dos resultados.

Para a observação das estratégias utilizadas pelo professor de EF e da participação dos alunos com deficiência nas aulas foi utilizado um protocolo de observação com três conjuntos de informações: identificação geral, identificação das condições em que a observação ocorre, e registro dos comportamentos e circunstâncias ambientais (Danna e Matos, 2011). Envolveu a observação do nível de participação/atividade física dos alunos, variáveis do contexto escolar e o comportamento do professor, em 03 aulas gravadas em vídeo.

A Formação sobre o Colega Tutor foi analisada em conversa com o professor participante após a realização da formação.

4. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados os resultados coletados na entrevista com o professor, que abrangeram a formação inicial e continuada, o contexto escolar e deficiência e sua visão de inclusão. Na sequência será apresentado a descrição das três aulas filmadas, as estratégias utilizadas que foram identificadas, e as observações do professor após a Formação realizada, estabelecendo um diálogo com a publicação de autores para enriquecer a discussão.

4.1 A entrevista com o Professor Participante

O professor participante tem 38 anos, cursou concomitantemente a graduação em Educação Física e a de Fisioterapia que concluiu em 2012, e o bacharelado em Educação Física foi concluído em 2023. As graduações de 2012 foram presenciais, apenas o bacharelado de 2023 foi na modalidade Educação a Distância/EaD. Trabalha há 08 anos em escolas ministrando exclusivamente o componente curricular Educação Física, com experiência na rede municipal, estadual e na federal, onde está atuando.

Na Graduação, cursou uma disciplina específica de atividade motora adaptada (direcionada para pessoas com deficiência). Informou a seguir que participou como monitor do PROAMDE,

“era um projeto de extensão onde eles faziam atendimento a pessoas com necessidades especiais dentro da universidade” (Professor Participante).

Sobre o item formação continuada o Professor Participante informou que possui especialização em Educação Física Adaptada, concluído no ano de 2020. Realizado na modalidade EaD, pois já estava em exercício na escola no município de Lábrea, e que esta era a única forma de ter acesso a formação continuada.

Destaca-se que antes do PROEF Polo UFAM Manaus não havia opção de Formação Continuada a nível de Mestrado para a área da Educação Física Escolar no Amazonas, o que faz toda a diferença por ser voltada para a realidade dos professores nos mais variados contextos da Educação Física enquanto componente curricular.

Questionado se após a Graduação fez algum Curso de Formação/Capacitação na área da Educação Física, destacou o período da quarentena da COVID19:

“sim, fiz diversos cursos eu não estou lembrando tanto, até porque na época da pandemia era uma exigência da instituição que trabalho que a gente realizasse isso” (Professor Participante).

Nesse momento o professor não especificou os cursos que realizou, mas deixou claro que eram nas mais diversas áreas e na modalidade on-line. Cabe ressaltar que essa modalidade facilitou o acesso a conhecimentos que antes só poderiam ser acessados de forma presencial com deslocamentos até outros

estados, o que se tornava muito oneroso para os profissionais que acabavam por se conformar com esta realidade.

Sobre o item Contexto Escolar e Deficiência, foi questionado como poderia explicar o que é deficiência:

“Deficiência seria uma curvatura fora da normalidade que gera uma perda de função, que uma pessoa que tem essa deficiência deixa de ser capaz de realizar uma atividade que seria normal (dedos em movimento de aspas)”
(Professor Participante).

Essa resposta reforça o que muitas vezes é encontrado no contexto escolar, o conceito de que a pessoa com deficiência não consegue, não é capaz, corroborando os dados encontrados no estudo de Souza (2008), indicando a visão biológica ainda presente na sociedade usada para conceituar deficiência, mesmo após quinze anos da publicação do seu estudo.

Sobre a participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física o professor informou que eles participam,

“a ideia é incluir sempre, talvez nem sempre a gente consiga da forma adequada, mas há tentativas sim” **(Professor Participante).**

Neste trecho é possível identificar uma insegurança, dúvida e até incerteza de estar realizando uma atividade inclusiva. Esse sentimento de angústia tende a ser presente nos professores ao encontrar um aluno com deficiência em sua sala de aula, e se a primeira experiência não foi positiva provavelmente esse receio aumenta.

Perguntado se adota algum procedimento específico ao receber um aluno com deficiência nas suas aulas,

“primeiro eu tento entender o que, ou qual seria a deficiência dele né, [...] e a partir daí a gente tenta elaborar uma estratégia de inclusão dele”
(Professor Participante).

O Professor Participante deu uma resposta ampla, sem de fato descrever ou apresentar alguma estratégia específica.

Questionado sobre possíveis dificuldades em suas aulas por ter alunos com deficiência em relação à interação com a turma, exposição de conteúdos, disciplina na condução da aula e outros:

“Eu vou citar um caso específico que a gente trabalhou com uma aluna surda muda e a gente não tinha preparo adequado. Eu não tenho formação adequada de LIBRAS, tive o básico na universidade, a interação com a aluna era muito complicada e a gente não tinha um suporte da instituição (escola); nem a nível geral (estado do AM) há um profissional para cada

campus que possa atuar de maneira adequada. Então eu lembro bastante do caso dela porque foram foi um ano bem difícil, a aluna ainda conseguiu progredir para o ano seguinte só que depois de um tempo a aluna desistiu do curso. Acredito que essa deficiência da gente conseguir se adequar às necessidades dela foi bastante influente” (Professor Participante).

Neste trecho é possível identificar o sentimento de frustração do professor diante do desafio apresentado. Este relato trouxe à tona lembranças de sentimentos que tive em 2018 ao receber em minha turma dois alunos com deficiência auditiva, este é um relato similar aos de meus colegas de Mestrado na disciplina optativa Educação Inclusiva. A primeira sensação é a que fica marcada, o impacto de se sentir incapaz, pouco preparado para incluir o aluno com deficiência em nossas aulas.

Essa disciplina foi essencial para podermos conhecer as legislações, compartilhar relatos, trocar experiências e nela foi possível identificar que esses desabafos são semelhantes, e o sentimento imbuído nele também: de que não nos sentimos capacitados para promover a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Geralmente, ao identificar um aluno com deficiência em nossa aula o sentimento é de que estamos perdidos, de não saber por onde começar, porém compreendemos que esse sentimento faz parte do processo, e que não podemos deixar que ele nos paralise.

Nesse sentido foi perguntado ao Professor Participante como ele ficou sabendo que tinha aluno(s) com deficiência na turma que leciona:

“A gente sabe pelo setor de enfermagem que faz o levantamento logo no início de cada ano, eles fazem a matrícula dos alunos, sendo que alguns tem o laudo já identificando o que que eles têm (a deficiência), e outros a gente vai coletando informações de familiares e até mesmo no acompanhamento durante o dia a dia em sala de aula, a gente consegue perceber que existe algumas alterações que podem indicar uma deficiência” (Professor Participante).

Você já havia recebido alguma orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?

“Bom, a gente sabia que era um processo que já iria acontecer, que os alunos seriam incluídos no espaço regular, e a gente recebe as informações através do setor de enfermagem. Nos últimos anos entrou a CAPNE que dão suporte maior pra gente e através dessas informações que a gente tenta conduzir e sabe que vai vir alunos com necessidades especiais” (Professor Participante).

Questionado sobre o que é a CAPNE o Professor Participante respondeu:

“É uma coordenação que atua é..., dando suporte para alunos que venham apresentar necessidades especiais de ensino, ela faz o acompanhamento desses alunos, identifica qual é a necessidade deles e como adequar o ensino para a necessidade deles, não é o aluno que se adequa à instituição, a instituição que busca formas de adequar o ensino regular ao aluno” (Professor Participante).

Sobre o item Inclusão foi perguntado se o Professor Participante se considera preparado para trabalhar com os alunos com deficiência

“Sendo muito franco não, são alguns casos que a gente consegue, eu me sinto mais seguro quando o grau não é tão alto, por exemplo como já havia citado no caso da aluna que era surdo muda, para mim ainda é muito complexo conseguir trabalhar e adequar o ensino para esse grau de deficiência” (Professor Participante).

Os caminhos que devem ser percorridos para a inclusão escolar acontecer com efetividade, na perspectiva do Professor Participante:

“Acredito que primeiro a escola precisa ter um suporte adequado né, porque a nossa formação enquanto professor de educação física, ou professor de maneiras gerais, a gente não tem todas as nuances necessárias tanto ao grau de complexidade que as necessidades especiais têm, então tendo um núcleo que nos dê suporte dentro do ambiente escolar para mim é um caminho ideal. Só esperar que o professor tenha formação é muito complicado, até porque a gente sabe que até dependendo do nível de ensino o professor é bastante sobrecarregado, esperar que só essa contraparte venha apenas do docente eu acho um tanto quanto errado” (Professor Participante).

Foi perguntado se o Professor Participante realiza um planejamento diferenciado para o aluno com deficiência, ou acha que ele deve ser trabalhado com os demais, ao que respondeu:

“O planejamento eu não faço diferenciado, eu faço diferenciado é em relação a como eu vou adequar àquela atividade para que ele consiga interagir, participar o mais próximo de uma normalidade junto com os demais, para que assim ao mesmo tempo que ele vivencie ele não se sinta excluído. O receio é fazer uma atividade é... diferenciada demais para ele, que ele se sinta excluído, enquanto os outros só observam” (Professor Participante).

Finalizando a entrevista foi perguntado que sugestão o Professor Participante daria ao professor de Educação Física que fosse ter pela primeira vez um aluno com deficiência na sua aula:

“Óh, primeiro eu pediria pra ele ficar calmo (riso nervoso), eu sei que é difícil no começo, buscar um pouco de informações acerca da necessidade especial dele, e dentro daquilo que as possibilidades da escola que ele trabalha ofereça, adequar as atividades, mas tudo isso tem seus diversos fatores né. Primeiro o professor que tem que buscar um pouco de informação, verificar o que a escola pode oferecer a ele de suporte, e a partir

daí elaborar um plano que possa ser adequado a necessidade do aluno”
(Professor Participante).

4.2 Observação e descrição das aulas do Professor

A atividade de observação foi realizada considerando o registro contínuo cursivo de 03 aulas do Professor Participante/PP coletado através de filmagem. O objetivo da observação foi de identificar os comportamentos de ensino do professor de Educação Física (interação do PP com o aluno com deficiência) e participação do aluno com deficiência nas atividades propostas.

A filmagem das três aulas foi realizada em um ângulo aberto para captar uma imagem ampla contemplando o PP e os alunos. Os vídeos foram considerados dados originais e posteriormente foram assistidos para a elaboração de uma clara descrição do ocorrido em cada aula (2 tempos de 50 minutos). Nesse período não houve interferência da observadora, apenas foi explicado aos alunos que seriam filmados durante a aula, e que ao final poderiam ter acesso aos vídeos para usar na Aula da Saudade no 3º ano.

Uma informação considerada relevante é apresentar aqui o perfil do aluno com deficiência (identificado nos relatos como aluno PcD), pois a partir dessa informação é possível observar melhor as ações e interações do Professor Participante com o aluno PcD, e compreender a participação do aluno nas aulas de Educação Física.

De acordo com os documentos da Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas/CAPNE que faz o acompanhamento do aluno PcD, no ato da matrícula a mãe dele apresentou laudo que indica Paralisia Cerebral/PC, possui deficiência física (membro superior esquerdo). No documento Plano de Atendimento Individual/PAI do aluno consta que foi identificado atraso cognitivo, dificuldade na aprendizagem e na fala:

Aluno PcD é um bom aluno. Precisa ser estimulado positivamente. Não tem boa memória, por isso, prefere receber as informações através de imagem, e de áudio assim pode ouvir várias vezes e aprender melhor. Precisa também receber comandos diretos, bem simples e objetivos. Gosta muito de jogar futebol e está muito empolgado com atividades na academia. A mãe apresentou o laudo dele no ato da matrícula, que indica Paralisia Cerebral por parto difícil. Possui dificuldade de mobilidade e força no braço do lado E, dificuldade de fala, de movimentação e compreensão (quando criança tinha bastante convulsão). Com 4 anos ainda não falava.

Sistema utilizado na sua comunicação:

Oral - Comunica-se com palavras simples quase inaudíveis, utiliza mais gestos. Tem muita dificuldade de expressar-se oralmente (mas ele fala, a família será orientada a retornar com ele para a Fonoaudióloga).

- Não consegue ler, nem conhece os números (está fazendo trabalho de alfabetização com a Pedagoga do AEE na sala da CAPNE).
Escrita - O aluno consegue copiar do quadro e do livro didático, porém tem um pouco de dificuldade de enxergar e as vezes não escreve as palavras corretamente.

Nesse sentido foi observada a importância de ter acesso a essas informações, com antecedência, pois elas são essenciais para o planejamento das aulas.

4.2.1 Observação da Aula 01

1. Objetivo da observação: identificar os comportamentos de ensino do professor de Educação Física (interação do PP com o aluno com deficiência) e participação do aluno com deficiência nas atividades propostas.
2. Data da observação: fevereiro de 2024.
3. Horário da observação: início 13:30 e término 15:10.
4. Relato do ambiente físico:

A sala de aula da turma (mede aproximadamente 48m²), a parte posterior da sala possui dois aparelhos de condicionador de ar e quatro janelas de vidro cobertas por cortina verdes. Há aproximadamente 38 carteiras escolares distribuídas em 5 filas. Possui um quadro branco, uma mesa e cadeira para o professor; um datashow suspenso, um quadro na lateral da sala para lousa interativa e um armário de duas portas onde fica o computador ligado ao datashow. A porta é de ferro com um visor de vidro em que é possível ver as pessoas que passam pelo corredor. No momento da observação as 6 lâmpadas estão acesas deixando a sala bem iluminada. No corredor ficam os armários dos alunos, cada aluno possui o seu trancado com um cadeado.

A escola possui um Ginásio coberto inaugurado em 2018, com medidas oficiais de 40m x 20m, com quatro fileiras de arquibancada, banheiro, vestiário e bebedouro de fácil acesso, na entrada. Sobre os materiais para as aulas de Educação Física a escola possui bolas e redes de futsal, vôlei, handebol, queimada, bambolês, corda, elástico, cones e colchonetes que ficam em uma sala no piso superior.

5. Relato do ambiente social:

Número de alunos: estão presentes na sala de aula além do sujeito (PP), trinta e sete alunos (19 meninos e 18 meninas), com idade entre 14 e 18 anos, o

aluno PcD com 17 anos, e a observadora (Obs.) O PP está em pé diante da turma apresentando como será a aula, e os alunos estão sentados nas carteiras olhando na direção dele. O aluno com deficiência está sentado na segunda carteira, da segunda fila (Figura 16). A observadora está em pé próxima a porta, na parte da frente dos alunos com o tripé e o celular da filmagem.

Figura 16- Posição do aluno PcD na sala de aula

Fonte: A Autora.

Vestimenta: Os alunos chegam com o uniforme de Educação Física que receberam da escola (regata e legging ou calção), outros levam o uniforme para trocar na escola; todos estão calçados (tênis esportivo ou chuteira).

Posição do PP em relação aos alunos: na sala de aula PP fica de frente para os alunos; no ginásio PP se mantém no centro, de frente para os alunos ao demonstrar os movimentos da atividade, depois caminha entre eles para observar mais de perto e auxiliá-los. O aluno PcD está na ponta da segunda fileira, no lado das meninas e isso faz com que o PP caminhe até ele e permaneça mais tempo ali fazendo com que PP fique distante dos alunos que estão na outra extremidade.

Objetivo da aula: o PP explica que vão estudar “O que é Ginástica?”.

Planejamento: a observadora não solicitou o Plano de Aula, no entanto é possível notar que o PP possui um caderno, conduz a aula com segurança, explicando todas as etapas da aula, e o que será feito nas próximas aulas.

Postura profissional: PP apresenta uma boa relação professor-aluno.

Voz de comando: PP apresenta voz de comando em todas as atividades desenvolvidas. Utiliza um apito para auxiliar no comando de mudança dos exercícios, das variações das atividades e do intervalo para beber água.

Incentivo à participação: PP incentiva todos a participarem distribuindo todos em duas fileiras (um lado de meninas e um lado de meninos), padroniza o tempo de início para todos fazerem juntos (avisa quando é para começar “prepara, vai” e parar ao som do apito), utiliza termos de incentivo (“vamos lá”, “ok”, “fácil né”, “relaxa”), caminha entre os alunos e olha se estão conseguindo fazer os exercícios e quando há dificuldade ele para, pede a atenção de todos e repete a demonstração e explicação. O PP se aproxima do aluno PcD várias vezes quando ele fica parado, ou fazendo o exercício de forma incorreta e repete a demonstração para ele.

6. Registro propriamente dito:

PP está na sala de aula, a frente da turma, de pé encostado no lado esquerdo do quadro. PP explica que será apresentado o conteúdo Ginástica, que é uma atividade física para que se movimentem de acordo com a batida da música. PP pede que relaxem que vão fazer brincadeiras e que alguns alunos do terceiro ano vão ajudar, diz que as primeiras atividades serão ao som de palmas e que a frequência das palmas vai determinar a mudança dos movimentos e do ritmo. PP diz que na segunda parte da aula os alunos do terceiro ano vão apresentar movimentos com música, que a tarefa da turma é tentar acompanhar, diz que no início eles vão errar, mas que é normal, que dá para fazer. PP direciona a fala para os meninos “galera, cabeça aberta, são só movimentos acompanhados de música, não tem nada de diferente, ok”. PP pede que organizem o material, aponta a fila próxima a ele para sair para o ginásio, faz o mesmo com as demais filas, os alunos se levantam, pegam o material e saem em silêncio. O aluno PcD levanta pega seu caderno e sua roupa, vai até seu armário no corredor para guardar, os alunos caminham até o bloco do ginásio, PP os acompanha. Um aluno sai da outra sala, caminha pelo corredor, fala oi para o aluno PcD, toca na sua costa e passa por ele. O aluno PcD tranca o armário, vai até a sala, volta segurando duas garrafas de água, caminha até o ginásio.

PP está no ginásio, apita e os alunos que estavam na arquibancada caminham até ele. PP de frente para os alunos, de pé, pede que fiquem um ao lado do outro, os alunos começam a se posicionar; o aluno PcD fica parado observando os colegas, reproduz a posição de PP, a aluna A chama o aluno “vem pra cá”, a aluna B o chama

e aponta para seu lado, ele passa a mão na cabeça, sorri e caminha até a primeira colega da fileira, fica ao lado dela. PP avisa que vai organizar os alunos “um mais a frente e um mais atrás”, se aproxima da fileira, aponta com a mão para uma aluna a seguir aponta o local onde ela deve ficar, repete a ação com os demais alunos até obter duas fileiras (Figura 17). Após a distribuição dos alunos de forma alternada, o aluno PcD fica na ponta da segunda fileira.

Figura 17- Posição do aluno PcD na aula do ginásio

Fonte: A Autora.

1ª Atividade: exercícios de alongamento.

PP está no centro do ginásio, a frente dos alunos, de pé. PP começa a explicar o que deve ser feito, ao mesmo tempo um barulho de máquina cortando ferro se sobrepõe a voz de PP; o aluno PcD olha em direção ao som. PP começa a fazer a demonstração do exercício (pernas afastadas, braços abertos, inclina o tronco a frente tentando tocar no pé com a mão contrária), os alunos repetem sua ação; o aluno PcD observa seus colegas e repete a ação. [o aluno PcD inclina o tronco a frente, tem dificuldade em tocar na ponta do pé com a mão contrária]

PP está mais próximo do lado do ginásio em que o aluno PcD está. PP explica e realiza outro exercício (pernas afastadas, inclina o tronco a frente, toca no chão três vezes e depois sobe o tronco). [o aluno PcD realiza o movimento apenas tentando tocar o chão sem retornar o tronco a posição inicial]

2ª Atividade: exercícios de alongamento com palmas (ritmo).

PP retorna ao centro do ginásio, a frente dos alunos, de pé. PP bate palmas, pede que realizem o primeiro exercício no ritmo das palmas. Os alunos começam a fazer; o barulho no local aumenta, funcionários da escola entram com uma escada, o

aluno PcD com a mão direita próximo a boca olha na direção deles. O aluno PcD olha para seus colegas fazendo o exercício ao som das palmas, inclina o tronco a frente, volta, fica parado em pé olhando, leva a mão direita a orelha e observa. PP apita, os alunos param de fazer o exercício. [o aluno PcD ficou parado, parece não entender o que estavam fazendo]

PP explica para os alunos que devem fazer o segundo exercício também no ritmo das palmas. PP caminha até o aluno PcD fica a sua frente, afasta os pés, parece falar algo, o aluno PcD olha para ele e faz o movimento. [o Aluno PcD continua faz o movimento apenas tentando tocar o chão, sem estar no ritmo 1, 2, 3 e sobe]

PP de frente para os alunos, de pé, explica e demonstra o exercício (dois saltos seguidos para cima com os pés unidos, no terceiro salto aterrissar com os pés afastados). PP olha para o aluno PcD fazendo o exercício, caminha entre as fileiras de alunos. [o aluno PcD conseguiu fazer o exercício]

PP de frente para os alunos, de pé, na outra extremidade das fileiras explica e demonstra o movimento (pés na posição anteroposterior, dar dois saltos para cima, depois trocar a posição dos pés). PP caminha a frente dos alunos e olha para eles, os alunos fazem apenas um salto. PP apita, os alunos param, explica e demonstra novamente o exercício. PP se aproxima do aluno PcD e olha enquanto ele faz o exercício.

PP de frente para os alunos, de pé, mais ao centro do ginásio demonstra o exercício (joelho direito sobe a frente, toca nele com a mão esquerda, vai alternando o movimento). PP dá o comando “vai”, caminha a frente das fileiras, observa. O aluno PcD faz a elevação dos joelhos, não usa as mãos para tocar o joelho. PP se aproxima do aluno PcD, fala com ele, repete o movimento para ele, aponta com a mão para a mão esquerda do aluno a seguir aponta o joelho direito, depois toca mão esquerda do aluno e a leva em direção ao joelho direito, o aluno sorri (Figura 18). PP segue e caminha entre as fileiras, o aluno PcD olha para as colegas ao redor e continua fazendo a elevação de joelhos. [nesse momento é importante frisar que a abordagem de PP com o aluno PcD remete às técnicas de comunicação da estratégia do Colega Tutor sendo: dica verbal, demonstração e assistência física II]

Figura 18- Professor auxiliando o aluno PcD

Fonte: A Autora.

3ª Atividade: exercícios de deslocamento.

PP de frente para os alunos, de pé, no centro do ginásio pede que façam o mesmo exercício mais rápido, diz que vai adicionar novos comandos “Avança” e “Recua” (os alunos devem deslocar para frente e para trás fazendo o exercício). PP caminha até a extremidade próxima ao aluno PcD, explica novamente e realiza a demonstração, o aluno se agacha e olha em direção a PP. Os alunos começam a fazer o movimento, o aluno PcD se levanta e faz. PP pede que façam no ritmo, dá o comando “Avança”, os alunos deslocam para frente, o aluno PcD olha seus colegas, não faz, dá um giro para trás, eleva as mãos, coça a cabeça, PP dá o comando para recuar, os alunos recuam, o aluno PcD coloca as mãos na cintura e olha para eles.

PP de frente para os alunos, de pé, no centro do ginásio explica e demonstra o exercício (pé direito afasta lateral, volta, pé esquerdo afasta lateral, volta). O aluno PcD olha para o funcionário da escola que sobe em uma escada. PP dá o comando, o aluno PcD olha para sua colega da fileira a frente e tenta fazer o movimento, não consegue, para. PP se aproxima dele fala com ele, continua a caminhar observando os alunos. [o aluno PcD continua olhando para sua colega e tenta fazer o movimento]

PP de frente para os alunos, de pé, no centro do ginásio explica e demonstra a combinação de fazer o 1º exercício (joelho elevado quatro vezes), e o 2º exercício (afastamento lateral quatro vezes). PP se aproxima da extremidade em que o aluno PcD está, explica e demonstra novamente; o aluno PcD está agachado. PP dá o comando, o aluno PcD tenta fazer, não consegue, recua, PP se aproxima dele. PP

fica na frente dele, demonstra, toca na mão esquerda do aluno e guia até o joelho esquerdo, o aluno PcD consegue fazer o primeiro movimento. PP caminha entre as fileiras, dá o comando para fazer o segundo movimento, o aluno PcD não consegue fazer. PP apita, pede que puxem o ar pelo nariz e soltem pela boca.

PP de frente para os alunos, de pé, no centro do ginásio explica e demonstra que vai adicionar os comandos de “Avançar e Recuar” na combinação. PP se aproxima do aluno PcD, o aluno faz o primeiro movimento; no segundo movimento ele tem dificuldade, PP demonstra novamente para ele. PP pede avançar, todos fazem; pede para recuar, todos recuam. PP dá um intervalo para irem beber água. [o aluno PcD conseguiu realizar os deslocamentos, não conseguiu fazer o segundo movimento de afastamento lateral dos pés]

PP de frente para os alunos, de pé, no centro do ginásio pede que os alunos da fileira de trás venham para a frente, trocando a posição das fileiras; agora o aluno PcD é o primeiro da extremidade. PP demonstra o exercício (pé direito afasta lateral, mão direita passa por cima da cabeça, o mesmo com lado esquerdo, depois pé direito afasta lateral e mão vem a frente do corpo, troca o lado). O aluno PcD gira para o lado esquerdo e leva a mão a cabeça. PP continua demonstrando, o aluno PcD olha para ele e faz o movimento. PP se aproxima do aluno PcD, fica de costas para os alunos, faz os movimentos, os alunos fazem o exercício. PP caminha pela fileira falando a sequência dos braços “em cima, em cima, frente, frente”. [o aluno PcD para de fazer quando PP se afasta, teve dificuldade em combinar os movimentos das mãos a frente]

4ª Atividade: combinação de exercícios com palmas.

PP pede que uma fileira fique de frente para a outra, indica a fila 01 (do aluno PcD) para ficar batendo palmas, demonstra a sequência do exercício anterior feita no ritmo das palmas, pede que a fila 02 faça o mesmo. PP dá o comando, os alunos fazem os movimentos no ritmo das palmas. PP inverte as ações, agora a fila 01 deve fazer os movimentos, o aluno PcD dá um chute no ar, sorri, se afasta da fileira, volta e inicia o movimento. PP se aproxima, fala com ele, ele sorri. [o aluno PcD participou da atividade, mas teve dificuldade em coordenar os movimentos]

PP de pé entre as fileiras, pede que a fila 01 volte a bater palmas, demonstra para a fila 02 o movimento de elevação dos joelhos, pede que façam no ritmo das palmas. PP inverte a ação das filas, todos os alunos fazem.

PP explica o exercício, pede que aumentem a velocidade das palmas e repitam o mesmo exercício; o aluno PcD se senta no chão do ginásio. O aluno PcD começa a bater palmas sentado, depois se levanta. PP inverte as ações das filas, PP demonstra para o aluno PcD o movimento dos joelhos mais altos, ele faz. PP apita, encerra o exercício, chama os alunos para o centro do ginásio, pede que sentem, explica a sequência da aula, faz intervalo para água.

5ª Atividade: coreografia de ginástica com música.

PP organiza os alunos nas duas fileiras, eles observam os movimentos da coreografia de ginástica de quatro alunos do terceiro ano ao som de música animada. Os alunos tentam seguir o movimento no ritmo; o aluno PcD observa enquanto caminha na arquibancada. A coreografia termina, o aluno PcD está sentado na arquibancada. PP divide dois grupos, meninos e meninas, PP se aproxima dos meninos e conversa com eles; o aluno PcD desce da arquibancada, se aproxima para sua posição anterior, as meninas falam para ele ir para o outro lado, apontam na direção dos meninos, ele caminha até eles. [este foi o único momento da aula em que os meninos participaram menos, ficaram mais tempo parados, apenas olhando para os alunos que apresentavam a coreografia]

PP organiza os meninos em duas fileiras, as meninas estão sentadas no chão. PP explica sobre o conteúdo Ginástica, relaciona com a prática que estão fazendo. PP propõe um desafio para a turma, o grupo que conseguir reproduzir melhor a coreografia vai ganhar um dia na piscina, os alunos gritam e batem palmas eufóricos.

Os meninos começam a seguir a coreografia, o aluno PcD está na segunda fileira, ele olha para os colegas, chuta o ar, gira, começa a rir, se afasta da fileira, leva as mãos a cabeça, continua rindo; depois volta para a fileira, faz movimentos de dança, coloca as mãos na cintura, continua rindo, começa a fazer a coreografia. Todos sorriem. [depois de observar os colegas o aluno PcD conseguiu fazer a coreografia que possui movimentos de elevação do joelho, inclinação lateral, polichinelo e pequenos saltos]

O grupo das meninas faz a coreografia, todos observam. PP chama os dois grupos para fazer a coreografia juntos (Figura 19).

Figura 19- Alunos participando da coreografia de Ginástica

Fonte: A Autora.

Os grupos mantem a configuração de meninas e meninos separados em duas fileiras. Todos fazem a coreografia, PP observa, a coreografia termina, os alunos gritam felizes. PP apita e chama os alunos, eles se sentam no chão, PP de pé, explica a dinâmica da próxima aula, pede que façam grupos, escolham uma música, pede que levem caixinha de som. PP encerra a aula.

4.2.2 Observação da Aula 02

1. Objetivo da observação: identificar os comportamentos de ensino do professor de Educação Física (interação do PP com o aluno com deficiência) e participação do aluno com deficiência nas atividades propostas.
2. Data da observação: fevereiro de 2024.
3. Horário da observação: início 13:30 e término 15:10.
4. Relato do ambiente físico:

A aula é realizada no Ginásio coberto, com medidas oficiais de 40m x 20m, com quatro fileiras de arquibancada, banheiro, vestiário e bebedouro de fácil acesso, na entrada. Sobre os materiais para a aula o professor trouxe uma caixa de som grande da escola, cada grupo trouxe uma caixinha de som.

5. Relato do ambiente social:

Número de alunos: estão presentes no Ginásio além do sujeito (PP), trinta e cinco alunos (17 meninos e 18 meninas), com idade entre 14 e 18 anos, o aluno PcD

com 17 anos, e a observadora (Obs.). PP está em pé no centro do ginásio, os alunos estão chegando, colocam suas mochilas na arquibancada e se aproximam de PP, ele pede que sentem no chão para aguardar os demais. O aluno PcD se aproxima dos colegas, os observa, a aluna C o chama para sentar-se ao lado dela, a aluna D também o chama para sentar-se, ele se senta ao lado dela. A observadora está em pé próxima a arquibancada, de frente para os alunos com o tripé e o celular da filmagem.

Vestimenta: Os alunos chegam com o uniforme de Educação Física que receberam da escola (regata e leggin ou calção), outros usam uniformes de times de futsal; a maioria dos alunos estão calçados (tênis esportivo ou chuteira), alguns foram de chinelo e estão descalços.

Posição do PP em relação aos alunos: PP fica de frente para os alunos ao explicar ou demonstrar a atividade, caminha entre eles para observar mais de perto e auxiliá-los.

Objetivo da aula: PP explica que vão criar e apresentar uma coreografia de Ginástica em grupo.

Planejamento: a observadora não solicitou o Plano de Aula, no entanto é possível notar que PP conduz a aula com segurança, explicando todas as etapas da aula.

Postura profissional: PP apresenta uma boa relação professor-aluno.

Voz de comando: PP apresenta voz de comando em todas as atividades desenvolvidas. Utiliza um apito para auxiliar no comando de mudança dos exercícios, das variações das atividades e do intervalo para beber água.

Incentivo à participação: PP incentiva todos a participarem, padroniza o tempo de pesquisa e organização dos grupos, utiliza termos de incentivo (“vamos lá”, “ok”, “relaxa”), vai até cada grupo, quando há dificuldade ele para, repete a explicação e demonstra outros exercícios mais fáceis.

6. Registro propriamente dito:

PP está no centro do ginásio, a frente dos alunos, de pé. PP começa a explicar a dinâmica da aula, os alunos estão sentados olhando para ele. PP pede para cada grupo se espalhar no espaço do ginásio, sete grupos são formados. PP caminha até cada grupo para orientar. O aluno PcD faz parte do grupo 03 localizado atrás do gol, o grupo não tem caixinha de som. O aluno PcD levou uma caixinha de som e deixou

na CAPNE, o aluno E vai com ele pedir de PP para ir buscar. PP diz que podem ir, eles saem correndo do ginásio. PP avisa que cada grupo tem vinte minutos para definir a música e escolher os primeiros exercícios da coreografia. Os alunos retornam com a caixinha de som. Os demais grupos fazem a coreografia, no grupo 03 duas meninas conversam, dois meninos estão sentados, o aluno PcD anda de um lado para o outro.

PP começa a passar em cada grupo, assiste início da coreografia, orienta, demonstra alguns movimentos. O grupo 5 (quatro meninas e um menino); grupo 4 (cinco meninos). PP vai até o grupo 3 (três meninas e três meninos) o aluno PcD se aproxima do grupo, PP explica e demonstra alguns movimentos, os alunos observam, o aluno PcD olha para PP, cruza os braços, se afasta, coloca as mãos na cintura, se encosta na coluna (Figura 20).

Figura 20- Professor demonstrando exercício no grupo 3

Fonte: A Autora.

Quando PP se afasta o grupo 3 começa a repetir a sequência de exercícios, o aluno PcD observa os colegas. Os alunos repetem a sequência, o aluno PcD de pé mexe na rede de proteção do ginásio atrás da trave. PP vai até os outros grupos, na volta olha para o grupo 3, eles conversam e testam outro movimento. O grupo 3 conversa e interage, o aluno PcD está sentado na mesa, ele não participa da interação. [os alunos não conversam com ele, não chamam para que ele tente fazer os movimentos]

PP passa por todos os grupos, orienta, depois chama todos de volta ao centro do ginásio, os alunos se sentam no chão; o aluno PcD se senta em um banco de madeira próximo de PP. PP a frente dos alunos, de pé, explica como será a

seqüência da aula, pede que cada grupo apresente no mínimo trinta segundos da coreografia para todos. Cada grupo se levanta, coloca a música na caixinha e faz a apresentação de frente para os colegas, todos assistem em silêncio. O primeiro grupo a se apresentar é formado por quatro meninos; a seguir dois grupos com cinco meninas cada; um grupo com quatro meninos; um grupo com cinco meninas e um menino [nesse momento o aluno PcD se senta no chão, ao lado de PP, olha para o grupo, sorri, deita-se no chão].

O último grupo é o do aluno PcD, ele vê seus colegas se levantando, fica de pé e caminha até eles. Os colegas o veem e o incentivam “vai *nome dele*”, a aluna B pergunta dele duas vezes “*nome dele* posso filmar?”, ele sorri, continua caminhando até o grupo. O grupo é formado por três meninas e três meninos, os cinco alunos do grupo conversam, o aluno PcD está mais afastado do grupo, olha para eles, coloca as mãos na cintura, sorri. PP apita, os alunos fazem silêncio. O grupo se posiciona com as três meninas na frente, o aluno E toca no braço do aluno PcD, aponta um lugar ao seu lado, o aluno PcD caminha e fica entre ele e o outro colega. A música começa, a aluna F está sentada e incentiva o aluno PcD dizendo “Bora *nome dele*”, ele sorri. A música é suave, o grupo faz movimentos de alongamento, o aluno PcD olha para os colegas e reproduz os movimentos, mãos para cima alongando, inclina tronco a frente, inclinação lateral, marcha com elevação de joelho, salto com afastamento lateral dos pés (Figura 21).

Figura 21- Prévia da coreografia do grupo do aluno PcD

Fonte: A Autora.

O aluno PcD não consegue fazer o movimento de mãos alternadas cruzando a frente do corpo, ele sorri, dá um giro para a direita, se afasta da formação do grupo,

coloca a mão direita na cintura. O grupo troca o movimento, faz a inclinação de tronco a frente para tocar no pé, o aluno PcD retorna para a posição do grupo, realiza o movimento; a música para, PP chama todos os alunos para sentar mais perto dele.

PP a frente dos alunos, sentado em um banco de madeira, explica a continuação da aula, avisa que vão terminar a coreografia e fazer a apresentação final, pede dois minutos de coreografia. PP encerra a aula.

[Nesta aula é possível perceber que o grupo do aluno PcD interagiu pouco com ele, seja para ensinar os movimentos da coreografia, ou para chamá-lo quando o aluno PcD se afastava. O aluno PcD ficava a maior parte do tempo olhando de longe e no momento da apresentação copiava o movimento dos colegas. O que pode demonstrar que seus colegas tinham receio de interagir com ele, por não conhecer as potencialidades dele, ou por não saber como fazer essa interação.]

4.2.3 Observação da Aula 03

1. Objetivo da observação: identificar os comportamentos de ensino do professor de Educação Física (interação do PP com o aluno com deficiência) e participação do aluno com deficiência nas atividades propostas.
2. Data da observação: fevereiro de 2024.
3. Horário da observação: início 13:30 e término 15:10.
4. Relato do ambiente físico:

A aula é realizada no Ginásio coberto, com medidas oficiais de 40m x 20m, com quatro fileiras de arquibancada, banheiro, vestiário e bebedouro de fácil acesso, na entrada. Sobre os materiais para a aula o professor trouxe uma caixa de som grande da escola, cada grupo trouxe uma caixinha de som.

5. Relato do ambiente social:

Número de alunos: estão presentes no Ginásio além do sujeito (PP), trinta e seis alunos (18 meninos e 18 meninas), com idade entre 14 e 18 anos, o aluno PcD com 17 anos, e a observadora (Obs.). Os alunos chegam, colocam suas mochilas na arquibancada, se organizam em grupos para concluir e ensaiar a coreografia. O aluno PcD se aproxima do seu grupo, os observa, os colegas do grupo não

interagem com ele. A observadora está em pé próxima a arquibancada, de frente para os alunos com o tripé e o celular da filmagem.

Vestimenta: Os alunos chegam com o uniforme de Educação Física que receberam da escola (regata e legging ou calção), outros usam uniformes de times de futsal; a maioria dos alunos estão calçados (tênis esportivo ou chuteira), alguns foram de chinelo e estão descalços.

Posição do PP em relação aos alunos: PP fica de frente para os alunos ao explicar ou demonstrar a atividade, caminha entre eles para observar mais de perto e auxiliá-los.

Objetivo da aula: PP explica que vão finalizar e apresentar a coreografia de Ginástica em grupo.

Planejamento: a observadora não solicitou o Plano de Aula, no entanto é possível notar que PP conduz a aula com segurança, explicando todas as etapas da aula.

Postura profissional: PP apresenta uma boa relação professor-aluno.

Voz de comando: PP apresenta voz de comando em todas as atividades desenvolvidas. Utiliza um apito para auxiliar no comando de mudança dos exercícios, das variações das atividades e do intervalo para beber água.

Incentivo à participação: PP incentiva todos a participarem, padroniza o tempo de pesquisa e organização dos grupos, utiliza termos de incentivo (“vamos lá”, “ok”, “relaxa”), vai até cada grupo, quando há dificuldade ele para, repete a explicação e demonstra outros exercícios mais fáceis.

6. Registro propriamente dito:

Os alunos começam a chegar e se organizam em seus respectivos grupos. Cada grupo ocupa um espaço do ginásio, continuam a criar a coreografia e ensaiar. O aluno G chama os colegas para assinar a lista de frequência, o aluno PcD caminha até ele. O grupo 3 (do aluno PcD) começa a ensaiar, todos fazem os movimentos juntos. Todos os grupos ensaiam suas coreografias, cada um em um espaço do ginásio.

PP está no centro do ginásio, sentado na arquibancada. Os grupos, um de cada vez, se aproximam de PP, apresentam a versão final da coreografia, ele observa, orienta. PP levanta e se aproxima do grupo 3, conversa com um aluno que está sentado mexendo no celular, o aluno se levanta e começa a ensaiar com o

grupo. PP usa a mão e sinaliza para dois grupos próximos diminuírem o volume da caixinha de som. PP de pé, observa o grupo 3, todos participam do ensaio (Figura 22). [o grupo do aluno PcD foi o que teve mais dificuldade em se organizar para criar e ensaiar a coreografia de Ginástica, foi necessário a intervenção do professor para dar continuidade a atividade]

Figura 22- Intervenção do professor no grupo do aluno PcD

Fonte: A Autora.

Ao final dos vinte minutos de ensaio PP chama os grupos para o centro do ginásio, as apresentações se iniciam. Os alunos estão sentados no chão do ginásio, o grupo que vai se apresentar se levanta e fica de frente para eles. Ao término de cada apresentação os alunos aplaudem. O grupo 3 é o último a se apresentar, as três meninas formam uma fileira, os três meninos formam outra fileira atrás delas. Na metade da coreografia o aluno PcD não faz a troca de posição com as meninas para vir para frente, as meninas falam para ele ir para frente, ele não vai, apenas os dois meninos avançam.

O aluno PcD fica atrás das meninas, ele não consegue fazer o movimento de polichinelo no ritmo da música, dá um giro para a esquerda, leva a mão direita atrás do pescoço, coloca as mãos na cabeça e balança a cabeça de um lado para o outro em sinal de negação, ele sorri. A coreografia termina, os colegas aplaudem (Figura 23).

Figura 23- Apresentação final da coreografia de Ginástica do aluno PcD

Fonte: A Autora.

PP está no centro do ginásio, sentado uma caixa de madeira, de frente para os alunos. PP pede que se aproximem, conversa com eles, dá um retorno das apresentações, os alunos levantam a mão e perguntam. PP encerra a aula.

4.3 A formação do Professor sobre o Colega Tutor

Após a filmagem das três aulas foi realizada a formação com o Professor Participante sobre a estratégia do Colega Tutor para ajudar o professor durante as aulas, auxiliando na participação do aluno com deficiência.

A Formação foi realizada com o Professor Participante em uma sala climatizada que ficava no ginásio da escola, no período contrário as aulas. A Formação foi dividida em três módulos, o primeiro e segundo módulo de três horas cada, e o terceiro módulo de duas horas, totalizando 08 horas.

A divisão em módulos e a carga horária foi escolhida considerando a realidade do contexto escolar onde a pesquisa foi realizada. Pode ser desenvolvida em um dia (quatro horas em dois turnos); dias alternados (um módulo por dia); ou trabalhado em Jornada pedagógica ou semana pedagógica, que duram em média três dias seguidos.

De acordo com a disponibilidade do Professor Participante realizamos a Formação em três dias seguidos, um módulo por dia. O Professor Participante usou celular, caderno e caneta para fazer anotações. Para apresentar a estratégia do Colega Tutor foi utilizado um notebook com acesso à internet, slides sobre a

Educação Inclusiva, folhas de papel ofício, lápis, caneta e pincel, para anotar e se necessário pesquisar algo que não estava previsto.

4.3.1 Módulo 1 - Tutoria e a deficiência em foco

Iniciamos com a abordagem a respeito da Tutoria (conceito, procedimentos), o Professor Participante mencionou que não conhecia a estratégia do Colega Tutor, mas que utiliza algo semelhante em seu projeto esportivo, os Monitores (são alunos que já dominam o gesto esportivo e ficam responsáveis por acompanhar os alunos iniciantes no projeto). Essa fala indica que apesar de não conhecerem o trabalho colaborativo ou cooperativo, alguns professores já utilizavam partes da metodologia, por representar um auxílio positivo para o desenvolvimento de suas aulas.

A respeito da apresentação do conceito de deficiência, características e considerações a respeito da deficiência do aluno, o Professor Participante demonstrou possuir acesso as informações do perfil do aluno PcD fornecido pela CAPNE da escola.

Na etapa de Sensibilização que busca conhecer e entender o tipo de deficiência do aluno PcD através das informações esclarecidas de um modo simples e fácil ou por simulações, o Professor Participante manifestou a dúvida em saber se a dificuldade cognitiva que o aluno apresenta em decorrência da Paralisia Cerebral é a mesma coisa que Deficiência Intelectual. Segundo Varella (2019) Paralisia Cerebral (PC), a deficiência mais comum na infância, é caracterizada por alterações neurológicas permanentes que afetam o desenvolvimento motor e cognitivo. Para auxiliar no esclarecimento foi apresentado o trecho de BRASIL, 2018 que indica esse equívoco corrente:

Na verdade, pessoas com paralisia cerebral não apresentam necessariamente deficiência intelectual. Há indicações na literatura específica de que muitas apresentam desempenho cognitivo bastante elevado. Pode haver, é fato, alguns casos em que a pessoa apresente deficiência intelectual, a depender da lesão cerebral ou em consequência da ausência de estímulos suficientes para o seu desenvolvimento, mas isso não é regra.

Nessa etapa da Formação é essencial estabelecer um diálogo com o professor de trocas de experiências (positivas e/ou negativas) para que ele fique à vontade em expressar sua opinião, dúvidas e receios. A sugestão é promover a

escuta ativa para ter conversas mais profundas e envolventes, a fim de obter o maior número de informações que podem ser usadas nas próximas etapas da formação. Segundo Martins (2024) prestar total atenção ao que a outra pessoa está dizendo, evitando interromper, sem fazer julgamentos, desenvolve uma habilidade comunicativa mais eficaz.

A respeito da Sensibilização por meio de simulação o professor perguntou demonstrando preocupação

“Vou ter que reduzir o nível da atividade para que a turma se adapte ao aluno?” (Professor Participante).

Foi esclarecido que este não é objetivo. A Sensibilização por simulação busca gerar conhecimentos sobre a deficiência através de atividades que podem ser realizadas nas aulas de Educação Física contemplando toda a turma com um todo. Foi apresentado o exemplo citado por Souza (2008), se o aluno tem deficiência visual, podem ser desenvolvidas atividades com vendas com o propósito de compreender um pouco mais o contexto desta população. Após o esclarecimento o Professor Participante disse ter compreendido o objetivo.

Sobre a Estratégia de Comunicação o Professor Participante reconheceu que o aluno PcD é mais visual (na forma de receber as informações), que precisa utilizar mais a demonstração com ele. Disse que apesar do aluno não falar na aula, ele entende bem o que é proposto e apenas em alguns momentos tem dificuldade em realizar. Neste caso o Professor Participante não precisou criar ou adaptar uma maneira para realizar a comunicação com o aluno PcD.

Finalizamos o primeiro dia de Formação e confirmamos o horário para o segundo dia.

4.3.2 Módulo 2 - Técnicas de auxílio

Nesta etapa foi enfatizada a importância de promover a autonomia e a independência do aluno PcD durante a realização das atividades, utilizando as Estratégias de Ensino: um sistema de ensino onde se obtém a ação do aluno com deficiência utilizando o mínimo de interferência. Foi utilizado o quadro 02 para apresentar a Técnicas de Auxílio, adaptado do Programa de Treinamento de Tutoria de Souza, 2008.

Quadro 2. Apresentação das Técnicas de Auxílio

Técnicas de Auxílio	Objetivo	Ação do Professor	Exemplo
Dica Verbal	Explicar oralmente o movimento que o aluno tem que realizar.	Descrever o movimento de forma oral.	“Arremesse a bola mais alta”
Demonstração do movimento	Realizar o movimento solicitado para o aluno PcD, quando este não consegue realizar a atividade após a Dica verbal.	Usar a demonstração do movimento como reforço visual.	Ficar de frente para o aluno, ou ao lado dele e fazer o movimento para que ele observe e se possível repita junto com o professor.
Assistência Física I e II	Oferecer ajuda física ao aluno PcD, quando este não consegue realizar a atividade após a Demonstração.	I - Realizar o movimento e deixar o aluno sentir o movimento. II - Direcionar por meio de contato físico partes do corpo do aluno.	I - Arremessar uma bola: o aluno PcD segura no braço no Professor e sente ele realizar o movimento. II - Arremessar uma bola: o Professor segura a mão do aluno PcD e conduz o movimento de arremesso.
Feedback Positivo Geral	Fazer uma declaração encorajadora geral sobre o movimento que o aluno PcD realizou.	Oferecer ao aluno PcD um retorno geral positivo do movimento que ele realizou.	“Isso, bom arremesso” “Muito bom, você conseguiu arremessar”
Feedback Positivo Específico	Fazer uma declaração encorajadora incluindo uma informação específica sobre o movimento que o aluno PcD realizou.	Oferecer ao aluno PcD um retorno positivo do movimento que ele realizou e incluir uma informação específica para melhorar o movimento.	“Bom trabalho, quando você arremessar a bola pise com seu pé do lado oposto”

Fonte: Adaptado de Souza, 2008.

As Técnicas de Auxílio foram apresentadas uma por vez, seguida da explicação do Objetivo, Ação do Professor e Exemplo; para tornar a Formação significativa para o Professor Participante foram utilizados como exemplos situações que foram observadas nas 03 aulas filmadas. Nesse momento o Professor Participante se mostrou muito interessado e animado, citando situações que aconteceram em outras aulas, falou que a Dica Verbal, a Demonstração e a Assistência Física II, ele usa com todos os alunos, pois segundo ele

“os alunos sem deficiência também têm dificuldades, e isso ajuda muito.”
(Professor Participante).

O Professor Participante declarou que não via necessidade em utilizar a técnica de Assistência Física I antes da Assistência Física II (considerando o perfil do seu aluno PcD), pois na percepção dele a ação do professor na primeira se encaixa mais se o aluno PcD possuir deficiência visual. Complementou dizendo que não se sentia confortável em colocar o braço do aluno sobre o seu (Assistência Física I), pois há o receio da ação ser vista e mal interpretada como assédio.

Nesse momento é possível observar como a apresentação do aluno PcD para toda a comunidade escolar é o primeiro passo, complementando essa apresentação é essencial que os professores e equipe multiprofissional escolar promovam espaços para compartilhar as ações desenvolvidas junto ao aluno PcD e sua família.

Pode-se inferir que não faz parte da realidade escolar ter um setor de acompanhamento dos alunos com necessidades específicas, como na escola do Professor Participante, no entanto vemos que isso não significa que a Educação Inclusiva aconteça cem por cento. Precisamos reconhecer que é um processo que ainda está em construção, ter um setor de acompanhamento auxilia muito, mas é necessário continuar buscando atualizações e compartilhando as informações para evitar essas interpretações equivocadas.

O quadro de apresentação das Técnicas de Auxílio foi essencial nesta etapa da Formação, pois o Professor Participante conseguiu compreender a progressão do auxílio e que a utilização de uma técnica depende do retorno do aluno PcD (se ele consegue ou não realizar a atividade solicitada).

Durante as aulas de Educação Física é interessante que o professor esteja próximo ao aluno PcD ao dar o Feedback, para que ele perceba que o professor está falando diretamente com ele. Outra sugestão é acrescentar o nome do aluno PcD antes de oferecer a dica verbal e os retornos encorajadores (por exemplo: “João, arremesse a bola mais alta” ou “Isso João, bom arremesso”) para que os demais alunos também observem e compreendam que cada ação por menor que pareça significa muito para os alunos com deficiência.

Finalizamos o segundo dia de Formação e confirmamos o horário para o terceiro e último dia.

4.3.3 Módulo 3 - Treinamento prático

Essa fase ocorreu com simulações (sem a presença do aluno com deficiência), visando o emprego das técnicas de auxílio, para que o Professor Participante tivesse o domínio dessa estratégia de tutoria. Aqui nos referimos ao domínio de conhecimento em que o professor seja capaz de posteriormente ensinar os alunos da turma sobre o Colega Tutor, e quando necessário utilizar as técnicas de auxílio em suas aulas visando a participação do aluno PcD com mais autonomia e independência.

Iniciamos o Treinamento Prático utilizando o quadro de apresentação das Técnicas de Auxílio para reforçar as aprendizagens do dia anterior, e incentivamos o Professor Participante a citar outros exemplos em que ele poderia usar cada uma das técnicas em suas aulas; o retorno foi positivo.

Neste ponto destaca-se o posicionamento do aluno PcD nas atividades, de acordo com a descrição da primeira filmagem que iniciou na sala de aula “o aluno com deficiência está sentado na segunda carteira, da segunda fila”, o que tornava mais acessível o professor chegar ao aluno. Nas atividades desenvolvidas no ginásio foi possível observar outra dinâmica “o aluno PcD está na ponta da segunda fileira, ...isso faz com que o PP caminhe até ele e permaneça mais tempo ali fazendo com que PP fique distante dos alunos que estão na outra extremidade.”. Sugerimos ao Professor Participante manter o aluno PcD mais próximo dele nas atividades futuras (por exemplo, considerando a configuração espacial de distribuição dos alunos chamá-lo para ficar no centro e na primeira fileira), assim iria oferecer o acesso visual que o aluno PcD necessita, ao tempo que o professor poderia utilizar as técnicas de auxílio de frente para a turma toda, o que poderia beneficiar os demais alunos.

O Professor Participante concordou com a sugestão e relatou que estava receoso, pois se ele precisasse parar toda vez para usar uma das técnicas ou todas com o aluno PcD, isso iria tomar muito tempo dele, e que dependendo da turma daria ou não para aplicar, principalmente nas turmas mais agitadas.

Sobre o diagnóstico das habilidades (verificar com antecedência quais habilidades serão ensinadas durante as aulas), questionamos se o Professor Participante consegue realizar o planejamento de suas aulas, ele respondeu que sim, que usa seu caderno com anotações como lembrete de algumas atividades. Ressalta-se que o planejamento das aulas é o norteador do ensino, e que é

possível estimular o aluno com deficiência utilizando as técnicas de auxílio do/e Colega Tutor.

Nesse momento o Colega Tutor foi apresentado como uma possível estratégia para auxiliar o Professor Participante a promover a participação do aluno PcD nas aulas de Educação Física. Explicamos que consiste em ter um colega da turma (ou mais) que interaja com o aluno PcD e em conjunto com o professor utilize as técnicas de auxílio para facilitar a transmissão do conhecimento. O Professor Participante ficou interessado e disse que poderia utilizar uma aula para apresentar a deficiência do aluno PcD, e a partir daí estimular a turma a pensar juntos em como ajudar ele.

Foi compartilhado com o Professor Participante a via física do artigo de Fiorini e Nabeiro (2014) que desenvolveram um Treinamento de Colegas Tutores para uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental com um aluno com deficiência visual:

O Colega Tutor treinado é uma estratégia de ensino que pode ser utilizada para dinamizar a aula de Educação Física [...] e ainda, diminuir o preconceito, pois apresenta muitas informações importantes para a compreensão das necessidades e das capacidades dos alunos com deficiência.

Uma via física do artigo de Souza *et al.* (2017) também foi compartilhada, trata-se de um Programa de Formação de Colegas Tutores que teve como participantes um aluno com deficiência intelectual associada ao transtorno do espectro autista e cinco colegas tutores, todos da 5ª série do Ensino Fundamental. Os resultados demonstraram que a intervenção dos colegas tutores aumentou o nível de participação do aluno com deficiência, e contribuiu com o processo de inclusão nas aulas de Educação Física.

Ambos os artigos tratam da utilização da estratégia do colega tutor nas aulas de Educação Física, ambos apresentaram resultados positivos, tanto no aumento do nível de participação do aluno com deficiência, como na divulgação da Educação Inclusiva em escolas regulares. Ressaltamos que ainda não há estudos publicados utilizando a estratégia no Ensino Médio, e que esta pesquisa pode ser a primeira a gerar um artigo na região norte.

O Professor Participante folheou os artigos fazendo uma leitura dinâmica e disse que a escola tem o Projeto Discente Amigo que lembra um pouco a estratégia do colega tutor. O Projeto Discente Amigo foi implementado em 2021 para promover

a inclusão de um aluno com deficiência intelectual no Ensino Médio, com a seleção de 02 bolsistas (valor financeiro mensal, por até cinco meses) para ajudá-lo nas disciplinas em que apresentava mais dificuldade de aprendizagem (Canté *et al.*, 2024). Em virtude de existir na escola um incentivo financeiro para ajudar os alunos com suas despesas, o Professor Participante acha um pouco inviável só pedir a colaboração dos alunos.

Como a escola possui um setor específico para desenvolver a Educação Inclusiva, a sugestão é que o Treinamento dos Colegas Tutores seja apresentado para a CAPNE desenvolver em colaboração com os demais professores, na turma do aluno com deficiência. Assim todos os professores (dos demais componentes curriculares) poderão ter acesso às técnicas de auxílio por meio de uma Formação, parece promissor unir as estratégias como uma forma de fortalecer a Educação Inclusiva na escola.

Considerando a fala do Professor Participante, sobre valorizar a ação dos alunos da turma que aceitarem ser os Colegas Tutores do aluno com deficiência sem a bolsa (auxílio financeiro), sugerimos propor para a escola emitir um certificado com carga horária semestral para esses alunos. O Professor Participante mostrou-se animado e disse que assim os alunos poderão utilizar o certificado como carga horária para as atividades complementares na escola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após realizar essa pesquisa no contexto escolar de um professor de Educação Física do Ensino Médio, no município de Lábrea, foi possível verificar que existe a possibilidade de implementação do Colega Tutor como uma estratégia de ensino para a inclusão dos alunos com deficiência. No caminho dos professores surgem as dúvidas, o receio de não acertar, mas reforçamos que nosso objetivo não é apontar erros, mas indicar possibilidades para a EF Inclusiva.

Nesta pesquisa foi identificado que a escola participante possui uma coordenação para atender os alunos com deficiência, o que não significa que a educação inclusiva esteja sendo praticada com cem por cento de certeza. Algumas instituições em São Gabriel da Cachoeira/AM apresentam uma estrutura física excelente e adaptada para atender aos discentes portadores de necessidades

especiais, mas ainda necessitam priorizar material pedagógico específico para trabalhar com os alunos (Bezerra e Aleman, 2020). Neste caso as sugestões apresentadas vão somar e fortalecer as ações que existem na escola.

Para o professor que já deu os primeiros passos na direção da Educação Inclusiva a estratégia do Colega Tutor pode vir para consolidar e descobrir novas estratégias. Para a escola que ainda não iniciou, a formação pode ser uma opção viável e a partir dela ir adaptando e agregando outras formações. De acordo com Mantoan (2015), o processo da educação inclusiva é necessário, primeiro, para a escola melhorar as suas condições e, conseqüentemente, preparar gerações que saibam conviver com as diferenças e ter autonomia.

Outro fator identificado que pode auxiliar na implementação do Colega Tutor, ou outras ações pedagógicas, aponta para uma atenção especial ao posicionamento do aluno com deficiência nas aulas (sejam elas em sala ou em espaços diversos). É importante manter o aluno o mais próximo do professor como uma forma de facilitar a utilização das técnicas de auxílio (dica verbal, demonstração ou assistência física). O acesso facilitado pode transformar o uso das técnicas de auxílio em um recurso pedagógico para toda a turma, além de incentivar os demais alunos a reconhecer e valorizar seus avanços.

A limitação desta pesquisa se deu na impossibilidade de filmar as três aulas após a formação, em virtude da greve dos servidores, no entanto isso apenas reforça a necessidade de novos estudos serem feitos buscando contemplar essa etapa.

Esperamos que o Produto Educacional gerado desta pesquisa seja a primeira semente da Educação Inclusiva plantada nas escolas regulares do sul do Amazonas, e que em breve possamos nos reencontrar na colheita de novas publicações, utilizando esta ou outras estratégias para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. Pretendo continuar caminhando por essa trilha que me escolheu, e continuar a fazer novas descobertas com todos os meus alunos, sejam eles com ou sem deficiência.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ida de Fátima de Castro. **O PROAMDE enquanto espaço formativo: um estudo de caso**. 2021. 262 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8268> . Acesso em: 25 nov. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo, Edições, 70, 1977.

BEYER, H. O. A Educação Inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial. *Inclusão – Revista da Educação Especial*. Jul/2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao2.pdf> . Acesso em: 23 jun. 2022.

BEZERRA, Aline Sobreira. ALEMAR, Josivane Cordeiro. A Inclusão Social e os desafios da práxis Docente dos profissionais de Educação Física na Região do Alto do Rio Negro/Amazonas. VI CONEDU – Vol. 2. Campina Grande: Realize Editora, 2020. p. 149-166. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65214>>. Acesso em: 25/06/2024.

BISOL, Cláudia A.; PEGORINI, Nicole N.; VALENTINI, Carla B. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de pesquisa**, São Luís, v. 24, n. 1, p. 87-100, jan./abr. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2229.v24n1p87-100>. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6804/4367>. Acesso em: 25 jun. 2022.

BORELLA, Douglas Roberto. **Atividade Física Adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de Educação Física**. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, (SP), 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2871> . Acesso em: 25 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº. 03, de 16 de junho de 1987**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física (Bacharelado e/ou Licenciatura Plena). Conselho Federal de Educação. Disponível em: https://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf . Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. **Resolução nº. 09, de 08 de maio de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf> . Acesso em: 25 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 7 jul. 2015a. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 18 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 23 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Paralisia cerebral**. [Brasília]: Ministério da Saúde, 11 out. 2018. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/paralisia-cerebral>. Acesso em 30/03/2024.

CANTÉ, R. B.; SANTOS, M. S. dos.; LIMA, Z. G.; BATISTA, A. da S.; AMORIM, M. L. de C. Projeto Integral Discente Amigo: contribuições na permanência e êxito de um aluno com deficiência intelectual no ensino médio. **Revista Sociedade Científica**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 1403–1419, 2024. DOI: 10.61411/rsc202437317. Disponível em: <https://journal.scientificsociety.net/index.php/sobre/article/view/373>. Acesso em: 16 mai. 2024.

DANNA, M. F.; MATOS, M. A. *Aprendendo a observar*. 2.ed. - São Paulo : EDICON, 2011.

FERNANDES, Gabi. **Os 4 paradigmas da assistência às pessoas com deficiência: da exclusão à inclusão**. 2018. Disponível em: https://medium.com/@gabifernandes_74906/os-4-paradigmas-da-assist%C3%A0ncia-%C3%A0s-pessoas-com-defici%C3%A0ncia-da-exclus%C3%A0o-%C3%A0-inclus%C3%A0o-18b7c39a5b28. Acesso em: 22 jun. 2022.

FIORINI, M. L. S.; NABEIRO, M. Treinamento de Colegas Tutores como Auxílio à Inclusão de Alunos com Deficiência em Aulas de Educação Física. **Revista Profissional da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/adapta/article/view/3131>. Acesso em: 22 jun. 2022.

FRANÇA, Thiago Henrique. (2013). **Modelo social da deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social**. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol%2031/tiago-henrique-franca.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2022.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime. (2020). **Educação Física Escolar: entre o “rola bola” e a renovação pedagógica**. In: Albuquerque, Denise Ivana de Paula *Desafios da educação física escolar : temáticas da formação em serviço no ProEF* [recurso eletrônico] / Denise Ivana de Paula Albuquerque e Maria Cândida Soares Del-Masso. - São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/381384>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B. M.; CARRARO, A. "Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares1." **Revista Brasileira De Educação Especial** 24.1 (2018): 33-44.

HOUSTON-WILSON, C., et al. The effect of peer tutors on motor performance in integrated physical education classes. **Adapted Physical Education Quarterly**, 14, 298- 313, 1997.

HUME, A. The effects of Peer Tutoring on School-Aged Students with Moderate to Severe Disabilities in Physical Education. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Física Adaptada). Disponível em: https://soar.suny.edu/bitstream/handle/20.500.12648/4058/pes_synthesis/92/fulltext%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 8 fev. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Estatísticas sociais**. Brasília, DF: IBGE, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia.html>. Acesso em: 22 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Cidades panorama: Educação**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/labrea/panorama>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS [IFAM]. **Histórico do IFAM Campus Lábrea**. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/campus/labrea/instituicao/a-instituicao-1> . Acesso em 28/03/2024.

_____. Resolução Nº 096/CONSUP/IFAM, 16 de novembro de 2022. Aprova a revisão do Regulamento dos Programas de Cursos de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/arquivos/resoluo_n_096-proc-23443-004692-2022-75_regulamento_do_programa_de_cursos_de-1.pdf . Acesso em 28 mar. 2024.

_____. Resolução Nº 17/CONSUP/IFAM de 28 de fevereiro de 2024. Reformulação do Regimento Interno CAPNE. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/assistencia-ao-estudante/CAPNE> . Acesso em 28 mar. 2024.

_____. Resolução Nº 31/CONSUP/IFAM de 06 de Junho de 2018. Regulamento para Atendimento de Alunos com Deficiência. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/assistencia-ao-estudante/CAPNE> . Acesso em 28 mar. 2024.

_____. Projeto Pedagógico de Curso. Técnico de Nível Médio em Agropecuária na Forma Integrada. 2020. Campus Lábrea. Disponível em: <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/guia-de-cursos/ppc#CLAB> . Acesso em 28 mar. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2021**. Brasília, DF: INEP, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2021.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

LEONARD-BAXTON, D. (1990). A dual methodology for case studies: Synergistic use of a longitudinal single site with replicated multiple sites. *Organization Science*, 1(3), 248-266.

MAIA, Samia Darcila Barros; FERREIRA, Lúcio Fernandes. Perspectivas para a educação inclusiva no estado do Amazonas. **Anais V CONEDU, Congresso Nacional de Educação**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48581>>. Acesso em: 18 mai. 2024.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MARTINS, Júlia. **Escutando para entender: como praticar a escuta ativa**. 2024. Disponível em: <https://asana.com/pt/resources/active-listening> . Acesso em 11/04/2024.

MENEZES, R. O.; ALCÂNTARA, M. L. P. de; SIMAS, H. C. P. Formação de professores e educação inclusiva: análise das matrizes curriculares da Universidade Federal do Amazonas: Teacher education and inclusive education: an analysis of the curricula of the Federal University of Amazonas. *Revista Cocar*, [S. l.], v. 19, n. 37, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7346>. Acesso em: 26 mar. 2024.

NASCIMENTO, R. R.; DE SOUZA, B. G.; FRANCO, N. Deficiências e Educação Física: o contexto escolar em foco. **Educação & Realidade**. [s. l.], v. 47, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidad/article/view/115947> . Acesso em: 25 nov. 2023.

OLIVEIRA, Raquel Cristina Ramos de. A dança experimental e a inclusão de alunos com deficiência intelectual: possibilidades para as aulas de Educação Física nos primeiros anos do ensino fundamental. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional-PROEF) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36150> . Acesso em: 5 jun. 2022.

ORLANDO, P. D. **A inclusão e a Educação Física: colega tutor como estratégia de ensino**. 2007. 49 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Educação Física) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2007.

PACHECO, Dalmir; EVANGELISTA, Yani Saionara Pinheiro. Programa ARUMÃ/IFAM: Formação Continuada de Professores em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no interior do Amazonas. 2015. **Nexus, Revista de Extensão do IFAM**. Vol.1, no 2, dez. 2015. Disponível em: <https://nexus.ifam.edu.br/index.php/revista-nexus/issue/view/2> . Acesso em: 7 mar. 2024.

PAGANELLI, Raquel. Na educação inclusiva, a pessoa vem antes da deficiência. **Diversa Educação Inclusiva na prática**, 2018. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/na-educacao-inclusiva-a-pessoa-vem-antes-da-deficiencia/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

PEREZ, Eveline Cardoso. **Educação inclusiva e a estrutura institucional centralizada para o acesso da pessoa com deficiência nas escolas públicas no município de Tabatinga-Amazonas**. 2017. Monografia (Licenciatura em Pedagogia). Universidade do Estado do Amazonas, Tabatinga (AM), 2017. Disponível em: <http://repositorioinstitucional.uea.edu.br/handle/riuea/722> . Acesso em: 18 mai. 2024.

PEREIRA, Jaqueline de Andrade. SARAIVA, Joseana Maria. (2017). **Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social**. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14677/12981/25255. Acesso em: 20 jun. 2022.

PIRES, Vasco Filipe Moreira. **Educação Física Inclusiva e suas implicações na escola: pontos e contrapontos no olhar para a deficiência**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista – UNESP. São Paulo, 2020.

SILVA, Franci Kelle Carvalho da. Et al. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: Um estudo no Município de Lábrea-AM. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 12, Vol. 17, pp. 158-174. Dezembro de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/kalins-pdf/singl es/perspectiva-da-educacao.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SILVA, Natali Sala Da. Concepções e paradigmas: da exclusão à inclusão da pessoa com deficiência. **Anais V Fórum Internacional de Pedagogia/FIPED**. Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/3890>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SILVA, Eliane Acácia da. **Educação especial na perspectiva inclusiva: formação de professores em uma escola no município de Humaitá-Amazonas**. 2023. Dissertação (Ensino de Ciências e Humanidades). Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2023. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9809/17/DISS_ElianeSilva_PPGECH.pdf . Acesso em: 7 mar. 2024.

SHIMODA, Lindomar dos Reis. A inclusão de um aluno com Síndrome de Down nas aulas de educação física. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional-PROEF) – Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: https://educacaofisica.ufes.br/sites/educacaofisica.ufes.br/files/field/anexo/lindomar_dos_reis_shimoda_-_dissertacao.pdf . Acesso em: 5 jun. 2022.

SOUZA, J. D. de; VAN MUNSTER, M. de A.; LEIBERMAN, L.; COSTA, M. da P. R. da. Programa de formação de colegas tutores: a tutoria no processo de inclusão escolar. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Ahead of Print, v. 12, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8868>. Acesso em 18/09/2022.

SOUZA, J. V. de. **Tutoria: estratégias de ensino para inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física**. Tese (Doutorado) - São Carlos: UFSCar, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2851?show=full>. Acesso em 17/09/2022.

VARELLA, Dráuzio. Biblioteca Virtual em Saúde. **Paralisia Cerebral**. [Brasília]: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/paralisia-cerebral-2/> . Acesso em 30/03/2024.

APÊNDICE – A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/TCLE

Convidamos o (a) senhor (a) para participar do Projeto de Pesquisa “**ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo de caso no município de Lábrea**”, que será realizado por meio da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF), Setor Sul do Campus Universitário – CEP: 69077-000 – Manaus – Amazonas – endereço: Av General Rodrigo Otávio, nº 3000, Coroado, pela pesquisadora Professora Raquel Batista Canté mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Educação Física Escolar em Rede Nacional (ProEF) e membro da equipe a Profa. Dra. Minerva Leopoldina de Castro Amorim da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia da FEFF/UFAM. Para qualquer outra informação o (a) Senhor (a) poderá entrar em contato com a pesquisadora principal Raquel Batista Canté pelo telefone (92) 99250-7071 e e-mail raquel.cante@ifam.edu.br

O presente estudo possui como objetivo geral: identificar as estratégias utilizadas pelo(a) professor(a) de Educação Física para a inclusão de alunos com deficiência em suas aulas, em escola regular do município de Lábrea-AM. Objetivos específicos: identificar o total de alunos com deficiência matriculados na rede regular, no Ensino Médio, e quais deficiências possuem; descrever/demonstrar a estratégia do professor de EF para a incluir alunos com deficiência em suas aulas; elaborar um Produto Educacional com estratégias para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

O instrumento que será utilizado nesta pesquisa é a entrevista semi-estruturada uma adaptação de Souza, (2008), para coletar informações sobre a sua formação acadêmica, inclusão de alunos com deficiência nas turmas regulares e sobre a tutoria. Para análise dos dados optamos pela análise de Conteúdo (AC): Técnica de elaboração e análise de unidades de significado. Em decorrência de alguns casos do COVID-19, os riscos de contaminação existem e para evitar possíveis danos à saúde dos participantes da pesquisa, todas as entrevistas serão aplicadas (uso de máscaras, distanciamento e de maneira individual). A entrevista ocorrerá na escola participante, será solicitado ao representante da escola um local que permita a privacidade do entrevistado, que poderá ser a biblioteca se a mesma possuir.

Riscos da pesquisa: Toda pesquisa que envolve seres humanos possui riscos. De acordo com a Resolução CNS 466/12, item V, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Ressalte-se ainda o item II.22 da mesma resolução que define como "Risco da pesquisa - possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente". Como vamos solicitar que o professor fale sobre a inclusão dos alunos com deficiência em suas aulas, o participante poderá se sentir inseguro e constrangido em falar das suas aulas não se considerando capacitado para tal assunto, assim como poderá não querer manifestar sua opinião com receio de sofrer algum tipo de críticas, comentários e repercussões pelos colegas ou pela direção da escola. Contudo, para

minimizar tais riscos, os pesquisadores procurarão deixar os participantes seguros, ou seja, enfatizar que se trata de uma pesquisa que não haverá identificação nas entrevistas, bem como todo processo será realizado individualmente em um local selecionado (biblioteca); e ainda que as coletas serão realizadas de forma individualizada (respeitando os atuais protocolos de segurança à saúde por conta da pandemia causada pelo SARS-COV-19), explicarão também aos participantes que não existe respostas certas ou erradas, apenas saber como o professor realiza a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de educação física.

Cumpra esclarecer também, que a pesquisa através da instituição que a acolhe, garantirá indenização aos participantes (cobertura material), em reparação a dano imediato ou tardio, que comprometa o indivíduo ou a coletividade, sendo o dano de dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano e jamais será exigida dos participantes, sob qualquer argumento, renúncia ao direito à indenização por dano. Os valores respectivos aos danos serão estimados pela instituição proponente quando os mesmos ocorrerem, uma vez que não há valores pré-estabelecidos de acordo com os riscos, uma vez que não há previsibilidade dos mesmos em seus graus, níveis e intensidades na Resolução em tela e nem na Res. 510/2016, que trata da normatização da pesquisa em ciências humanas e sociais, uma vez que não há definição da graduação do risco (mínimo, baixo, moderado ou elevado).

Benefícios da pesquisa: Os benefícios são a possibilidade de um Curso de Formação com estratégias para inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de educação física, conhecimento que fará diferença no processo de ensino e aprendizagem em Educação Física. Assim como, publicações em revistas nacionais e internacionais para que o trabalho possa ser divulgado e utilizado em outras localidades.

É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo, punição ou atitude preconceituosa. O participante não terá que pagar e também não receberá nenhum pagamento por participar da pesquisa. Caso seja necessário o participante ter que voltar ao local da pesquisa, o pesquisador neste caso cobrirá todos os custos que o participante e/ou acompanhante (se aplicável) tenham referente à sua visita no local da pesquisa. Após a conclusão e apresentação final da pesquisa (1 mês após o término), o pesquisador marcará uma reunião com todos os participantes e entregará os resultados aos mesmos por escrito numa linguagem de fácil entendimento e esclarecerá o que houver de dúvida.

Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes. O participante também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética de Pesquisa – CEP – da UFAM, que é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, tem como função defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP funciona na Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07 Rua Teresina, 495 – Adrianópolis, CEP: 69057-070 – Manaus/AM – Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004 - E-mail: cep@ufam.edu.br Horário de funcionamento: Segunda, Terça e Quinta: manhã das 09:00h - 11:30h e tarde das 14:00h - 16:00h; Quarta: somente pela manhã das 09:00h - 11:30h. Sexta não há atendimento externo.

O presente termo foi elaborado em duas vias, cada participante receberá uma de acordo com item IV.3.f, IV.5.d, Resolução 466/12, a outra via ficará na posse dos pesquisadores.

Li e concordo em participar da pesquisa. Ao assinar este Termo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE.

_____ ou Data __/__/____

Assinatura do participante

Impressão do dedo polegar
Caso não saiba assinar

_____ Data __/__/____

Assinatura do (a) pesquisador (a)

APÊNDICE – B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista a ser realizada com os professores participantes da pesquisa intitulada “ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: um estudo de caso no município de Lábrea”.

Adaptado de Souza, Joslei Viana de. Tutoria: estratégias de ensino para inclusão de alunos com deficiência em aulas de Educação Física. Tese, 2008.

Data da Entrevista: ____/____/____

1. Dados Pessoais

- 1.1 Data de nascimento: ____/____/____
- 1.2 Sexo: () Feminino () Masculino
- 1.3 Situação profissional: () Contratado () Efetivo
- 1.4 Rede de ensino que atua: () Municipal () Estadual () Federal
- 1.5 Tempo de atuação como Docente de Educação Física: _____

2. Formação profissional inicial (Graduação)

- 2.1 Graduação em Educação Física: () Licenciatura () Bacharelado () Outra_____
- 2.2 Curso em: () Universidade pública () Particular () Outra_____
- 2.3 Modalidade: () Presencial () Semipresencial () Educação a Distância
- 2.4 Na Graduação, cursou alguma disciplina específica de atividade motora adaptada (direcionada para pessoas com deficiência), ou que tratava sobre pessoas com deficiência? () Sim () Não
- 2.5 Na Graduação, participou de alguma atividade que tratava sobre pessoas com deficiência?
- ()Palestra ()Curso ()Simpósio ()Projeto de Extensão ()Projeto de Pesquisa
- ()Outros_____
- 2.6 Em que ano concluiu a Graduação? _____

3. Formação Continuada

- 3.1 Possui Especialização, Mestrado, Doutorado?
- () Sim, qual e ano de conclusão_____ () Não
- 3.2 Após a Graduação fez algum Curso de Formação/Capacitação na área da Educação Física?

Sim, qual (is)? _____ Não

4. Contexto Escolar e Deficiência

4.1 Como você pode explicar o que é deficiência?

4.2 Os alunos com deficiência participam das aulas de Educação Física?

Sim, como? _____ Não, porque _____

4.3 Ao receber um aluno com deficiência nas suas aulas de Educação Física, você adota algum procedimento específico? Sim, qual _____ Não

4.4 Você possui alguma dificuldade em suas aulas por ter alunos com deficiência em relação à interação com a turma, exposição de conteúdos, disciplina na condução da aula, outros Sim, qual(is)? _____ Não

4.5 Como ficou sabendo que tinha aluno(s) com deficiência na turma que leciona?

4.6 Você já havia recebido alguma orientação ou informação a respeito da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?

5. Inclusão

5.1 Você se considera preparado para trabalhar com os alunos com deficiência? Por quê?

5.2 Para a inclusão escolar acontecer com efetividade, quais os caminhos devem ser percorridos?

5.3 Você realiza um planejamento diferenciado para o aluno com deficiência, ou acha que ele deve ser trabalhado com os demais?

5.4 Que sugestão você daria ao professor de Educação Física que fosse ter pela primeira vez um aluno com deficiência na sua aula? (sobre os procedimentos a serem adotados)

ANEXO - A

CARTA DE ANUÊNCIA DO GESTOR DA ESCOLA AUTORIZANDO A
REALIZAÇÃO DA PESQUISA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS
CAMPUS LÁBREA

INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "ESTRATÉGIAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo de caso no município de Lábrea", sob a coordenação e a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Prof(a). RAQUEL BATISTA CANTÉ, e assumimos o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa a ser realizada nessa instituição, no período de 28/06/2023 a 03/2024, após a devida aprovação no Sistema CEP/CONEP.

Lábrea, 11 de dezembro de 2023.

Adelino Maia Galvão Filho – Diretor Geral

10.792.928/0002-90
IFAM-CAMPUS LÁBREA
Av. 22 de Outubro, s/nº
Vila Falcão - CEP: 69.830-000
LÁBREA AM

ADELINO MAIA GALVÃO FILHO
Diretor Geral do IFAM Campus Lábrea
C.O.U nº 118, Seção 2, pág. 22, em 23/06/2023
Portaria Nº 1.119-GRIFAM, de 22/06/2023

ANEXO - B

PARECER COMITÊ DE ÉTICA/CEP-UFAM

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2091871.pdf	19/12/2023 14:39:17		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado_dissertacao_PROEF.pdf	19/12/2023 14:38:32	Minerva Leopoldina de Castro Amorim	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	19/12/2023 14:36:46	Minerva Leopoldina de Castro Amorim	Aceito
Declaração de Instituição e	Termo_de_anuencia.pdf	17/12/2023 14:58:13	Minerva Leopoldina de Castro Amorim	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS E-mail: cep.ufam@gmail.com
 Telefone: (92)3305-1181

Página 11 de 12

Continuação do Parecer: 6.619.094

Infraestrutura	Termo_de_anuencia.pdf	17/12/2023 14:58:13	Minerva Leopoldina de Castro Amorim	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_PROJETO.pdf	15/12/2023 08:55:55	Minerva Leopoldina de Castro Amorim	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 21 de Janeiro de 2024

Assinado por:
 Eliana Maria Pereira da Fonseca
 (Coordenador(a))